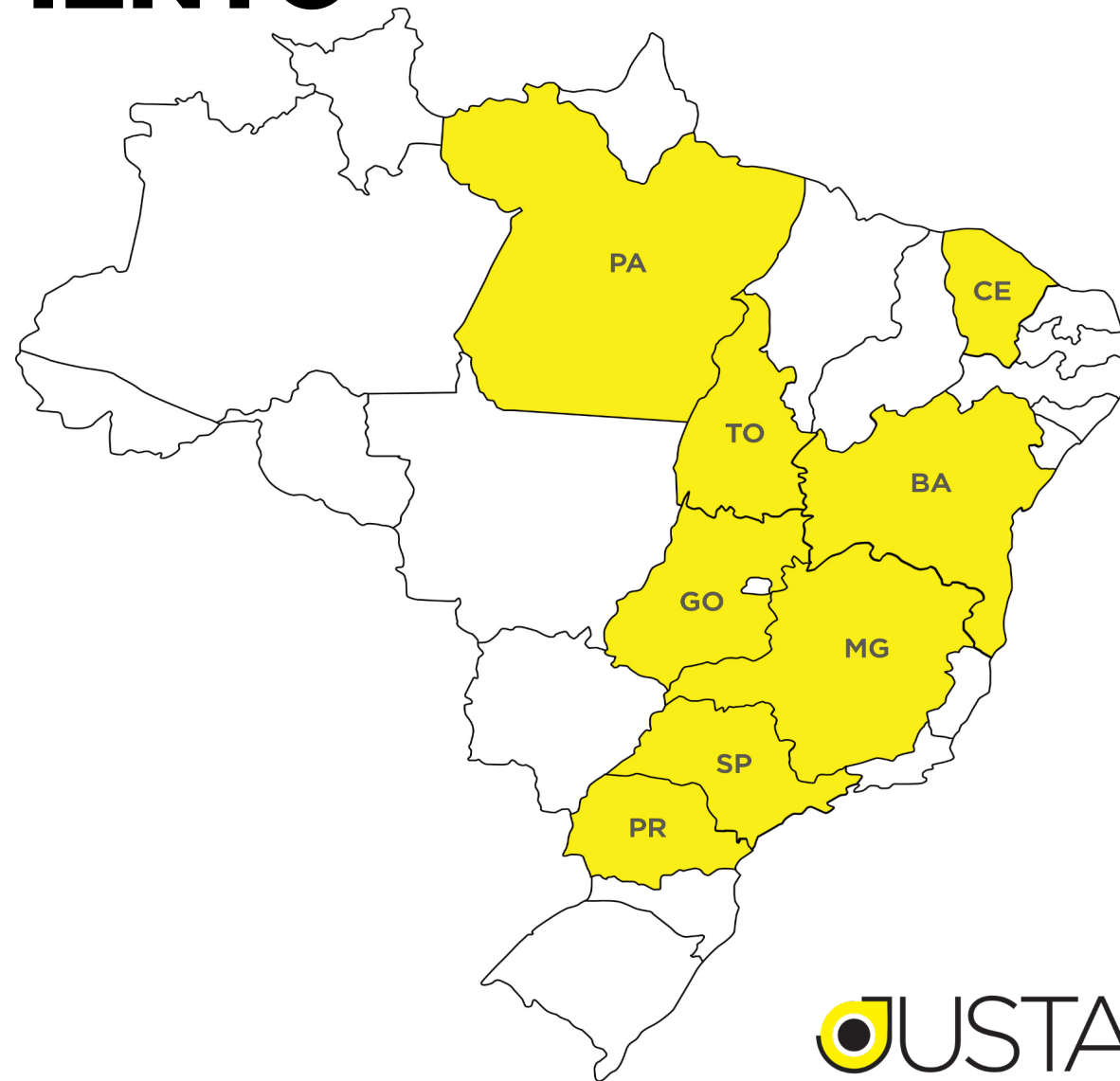


JUSTIÇA E ORÇAMENTO EM 2021



ÍNDICE RESPONSIVO



ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO
SISTEMA DE JUSTIÇA

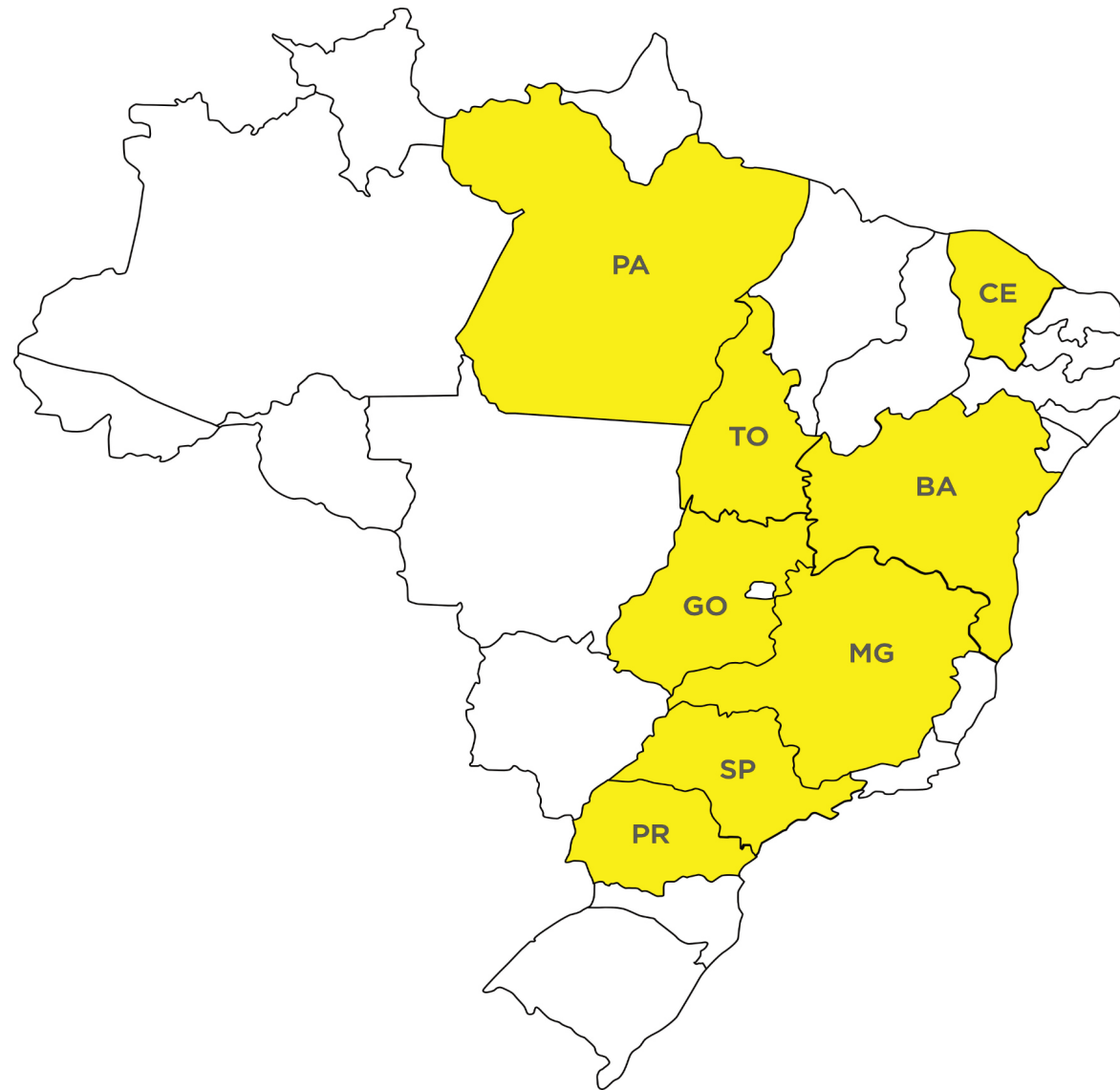
SISTEMA DE JUSTIÇA E DADOS
ORÇAMENTÁRIOS

ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO
SISTEMA DE JUSTIÇA NOS ESTADOS

NOTAS METODOLÓGICAS E MATERIAIS
DE APOIO

FONTE DE DADOS E FICHA TÉCNICA

ESTADOS PESQUISADOS



O JUSTA MONITOROU OS ORÇAMENTOS DOS **TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**, DOS **MINISTÉRIOS PÚBLICOS** E DAS **DEFENSORIAS PÚBLICAS** EM 8 ESTADOS BRASILEIROS



FORAM ANALISADOS DADOS ORÇAMENTÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DA **BAHIA**, DO **CEARÁ**, DE **MINAS GERAIS**, DO **PARANÁ**, DE **SÃO PAULO** E DO **TOCANTINS**

! OS ESTADOS DE **GOIÁS** E DO **PARÁ** NÃO DISPONIBILIZAM DADOS SUFICIENTES SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA EM SEUS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA NEM ATENDERAM OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ENVIADOS PELO JUSTA



**É IMPORTANTE
OLHAR PARA O
ORÇAMENTO E
PARA O PAPEL
DO SISTEMA DE
JUSTIÇA**

QUANDO O ESTADO NÃO FAZ SUA PARTE, É A **DEFENSORIA PÚBLICA** QUE PROCESSA O GOVERNO PARA PROTEGER OS NOSSOS DIREITOS, COMO EDUCAÇÃO, SAÚDE E HABITAÇÃO

JÁ O **MINISTÉRIO PÚBLICO** DEVE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS LEIS. ELE DECIDE QUEM VAI SER PROCESSADO CRIMINALMENTE, INCLUINDO POLÍTICOS ELEITOS, COMO GOVERNADORES

E O **PODER JUDICIÁRIO** É O ÁRBITRO DO JOGO: O SEU PAPEL É RESOLVER OS CONFLITOS E DAR RAZÃO A UM LADO OU AO OUTRO, INCLUSIVE EM AÇÕES CONTRA OS GOVERNADORES E MEMBROS DOS GOVERNOS



CRÉDITOS ADICIONAIS E SISTEMA DE JUSTIÇA



Saiba mais

É a Lei Orçamentária Anual, conhecida como **LOA**, que **determina como será repartido o dinheiro público**

Ao longo do ano, os valores definidos na LOA podem ser reduzidos (contingenciados) ou aumentados (suplementados) por meio da abertura de **créditos adicionais**

Esses remanejamentos deveriam ser aprovados pelo legislativo, mas...

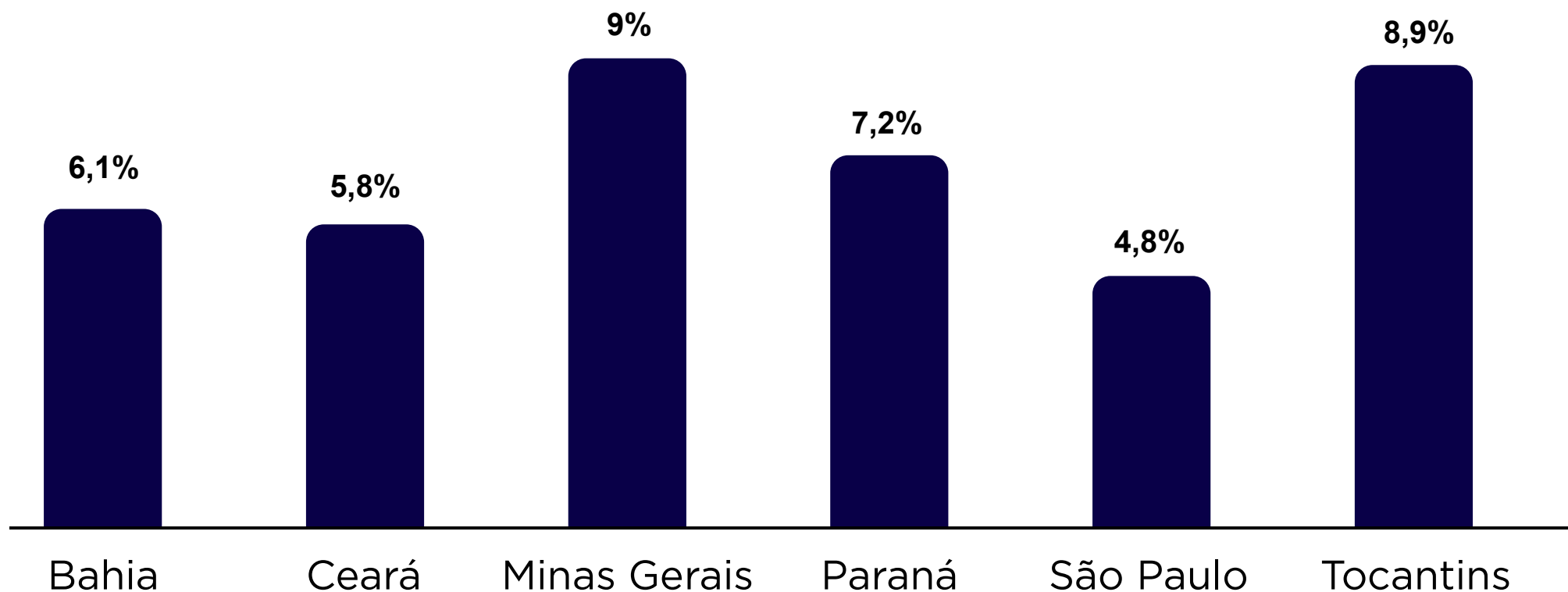
Trechos das LOAs têm **permitido que os governos distribuam mais dinheiro do que o aprovado**, sem passar pelas Assembleias Legislativas

E quando esse dinheiro a mais vai para o sistema de justiça...

Na prática, o Governo dá dinheiro a mais para quem deve fiscalizar e julgar abusos e omissões do próprio governo

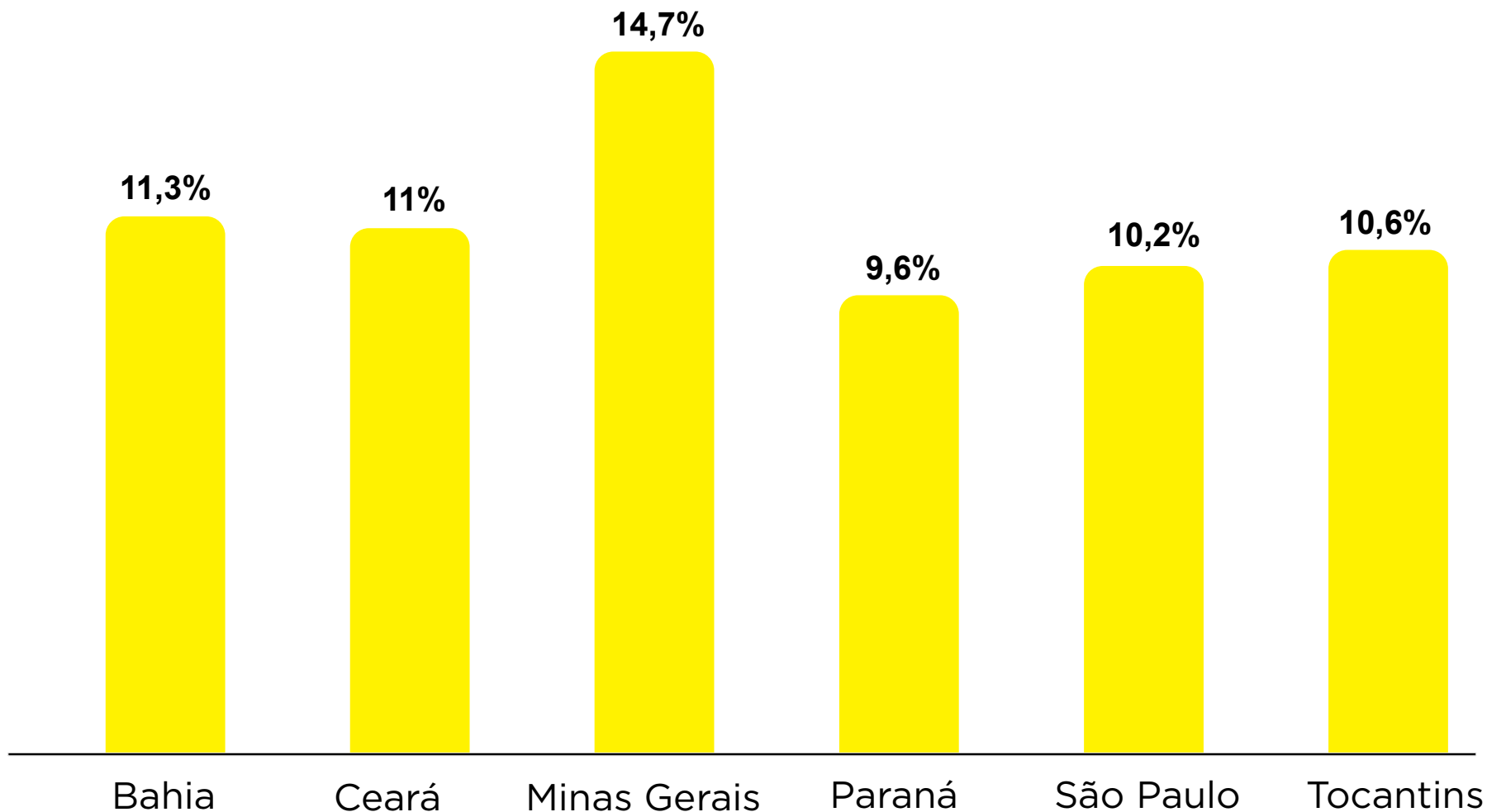


PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DOS ESTADOS GASTO COM O SISTEMA DE JUSTIÇA



FOLHA DE PAGAMENTO NOS ORÇAMENTOS | 2021

PERCENTUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO* DOS ESTADOS GASTO COM A FOLHA DE PAGAMENTO DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais
Fonte: Portal da Transparência dos Estados.



AS FOLHAS DE PAGAMENTO DE
5 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

**RECEBERAM JUNTAS MAIS DE
MEIO BILHÃO DE REAIS SÓ DE
CRÉDITOS ADICIONAIS**

- DISTRIBUÍDOS DIRETAMENTE
PELOS GOVERNADORES, SEM
PASSAR PELO LEGISLATIVO

De outro lado, em
2021 os presidentes
destes Tribunais
suspenderam mais
de 100 decisões
judiciais sob o
argumento de
defesa da
economia pública



+ R\$ 218 mi para **TJSP**

+ R\$ 208 mi para **TJBA**

+ R\$ 103 mi para **TJPR**

+ R\$ 62 mi para **TJTO**

+ R\$ 1,6 mi para **TJMG**

JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2021

BAHIA



EM 2021, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DA BAHIA FOI
DE **R\$ 53,4 BILHÕES**

14,7% MAIOR QUE O DE
2020

AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
6,9% NO MESMO
PERÍODO

ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2021

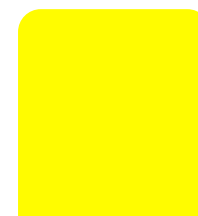
R\$ 2,3 bi



TJBA

7,8%
maior do
que 2020

R\$ 688 mi



MPBA

0,5%
maior do
que 2020

R\$ 263 mi



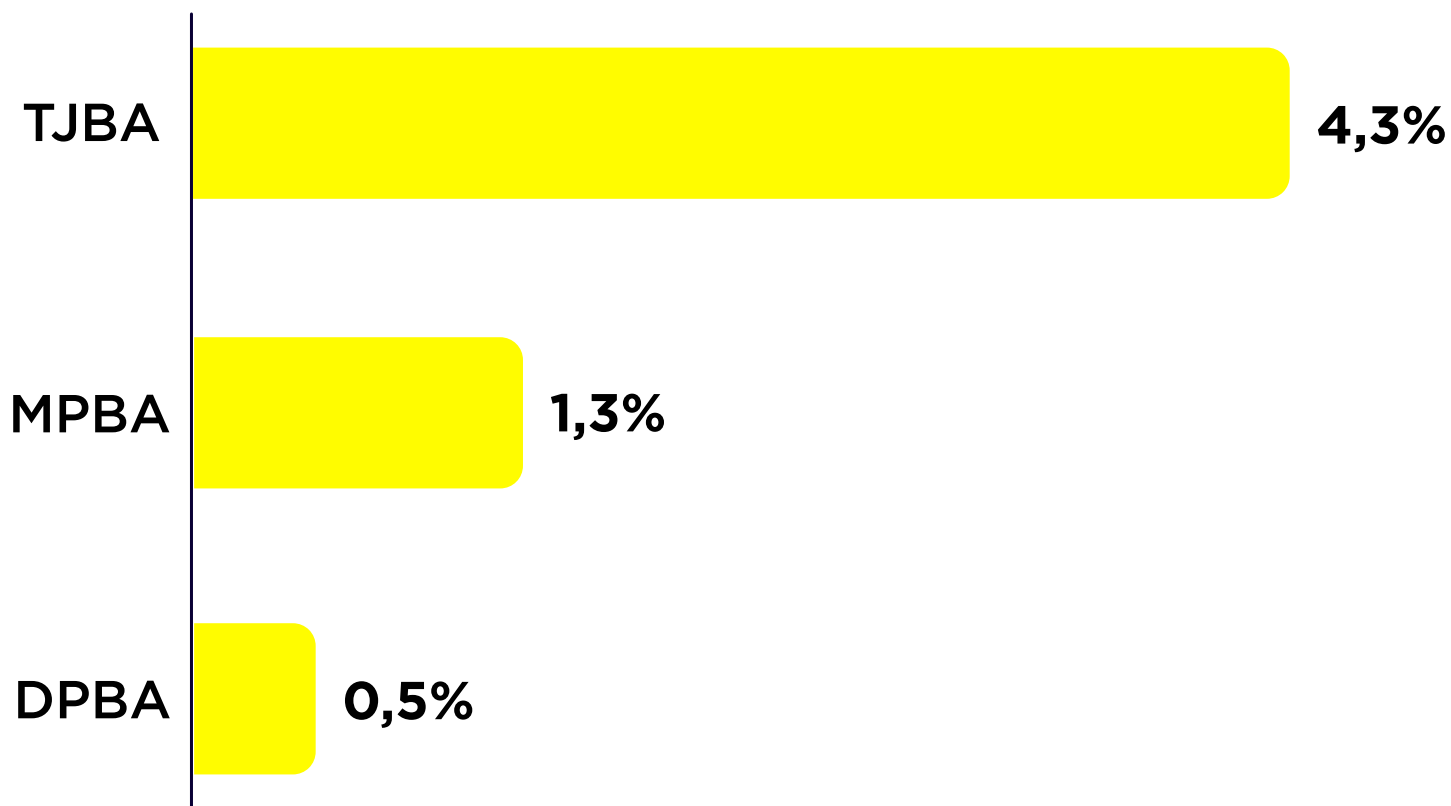
DPBA

17%
maior do
que 2020



O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
6,1% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



FOLHA DE PAGAMENTO | 2021

PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTOS* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

Fonte: Portal da Transparência da Bahia.

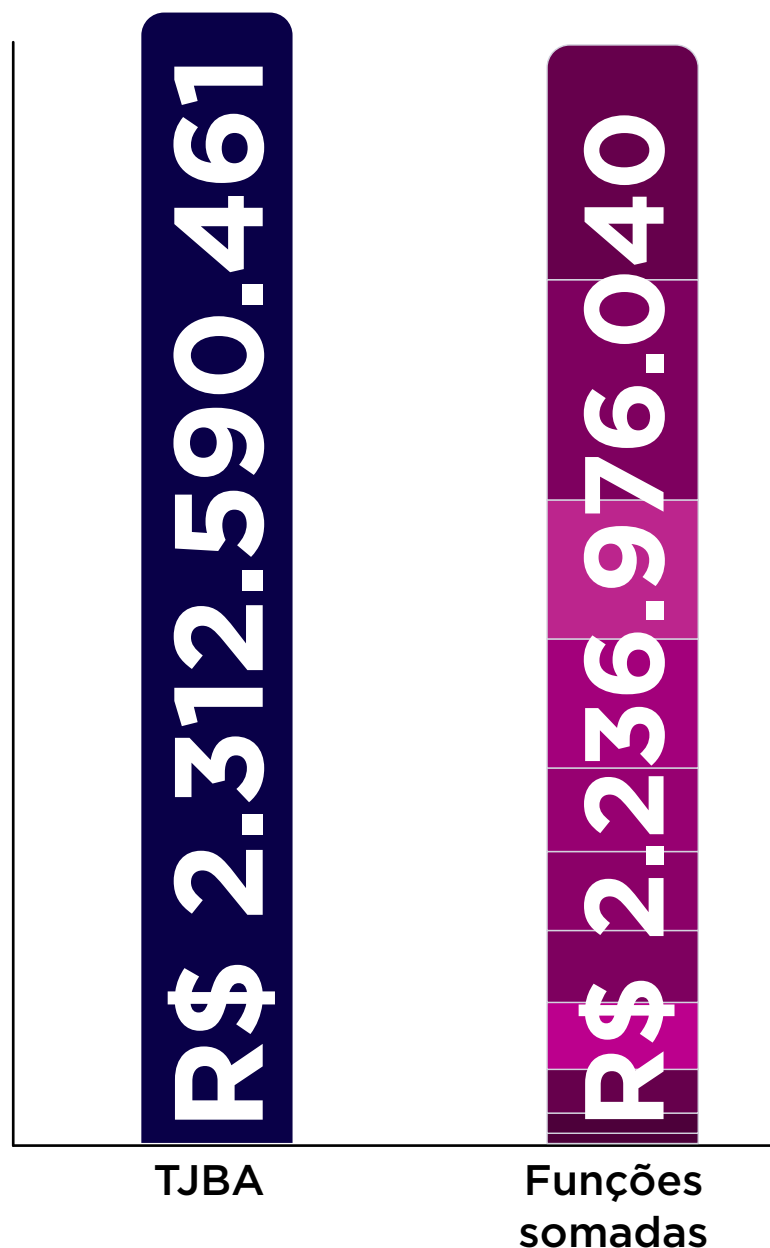


CUSTO COMPARATIVO DO TJBA | 2021

O ORÇAMENTO DO
TJBA EM 2021 FOI
SUPERIOR AOS
ORÇAMENTOS DE 11
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 11
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJBA

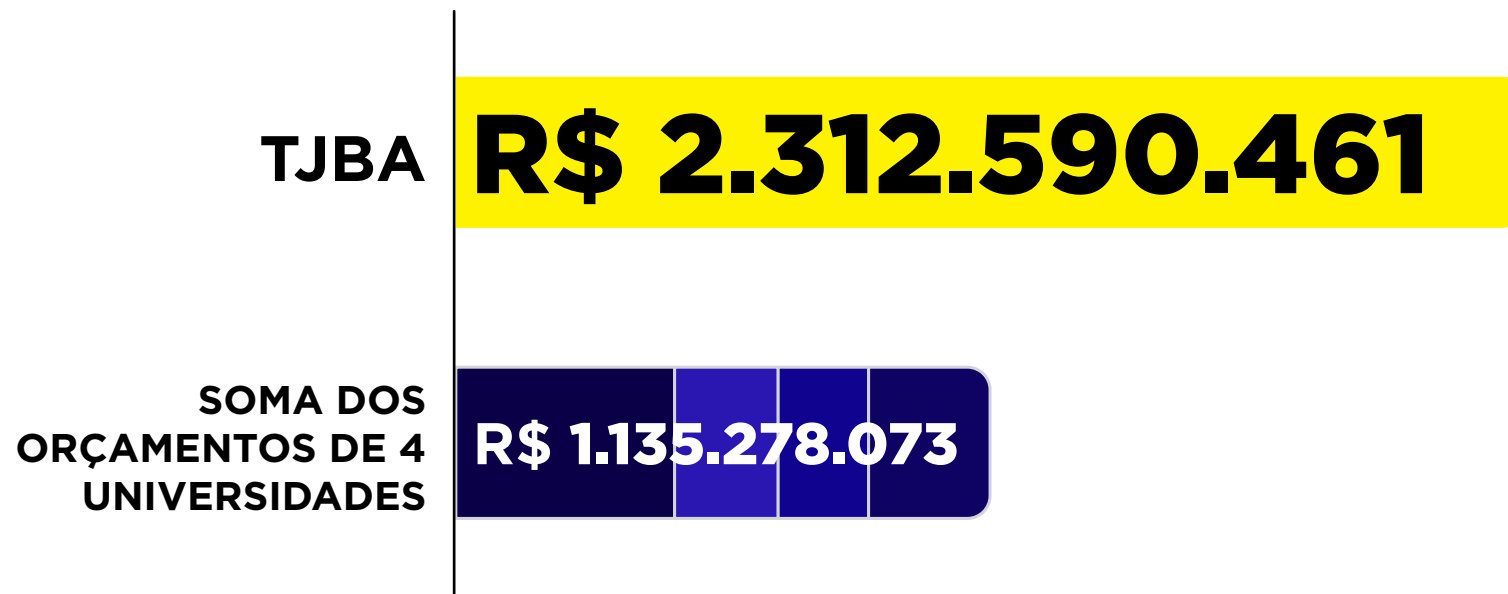


- Saneamento | R\$ 481.810.241
- Desporto e Lazer | R\$ 454.857.539
- Assistência Social | R\$ 277.908.148
- Comércio e Serviços | R\$ 265.918.796
- Cultura | R\$ 167.486.090
- Gestão Ambiental | R\$ 166.374.679
- Trabalho | R\$ 148.383.953
- Indústria | R\$ 131.707.882
- Ciência e Tecnologia | R\$ 87.305.756
- Habitação | R\$ 49.738.817
- Organização Agrária | R\$ 5.484.140



CUSTO COMPARATIVO DO TJBA | 2021

O ORÇAMENTO DO
TJBA É MAIS QUE
O DOBRO DOS
ORÇAMENTOS DE
4 UNIVERSIDADES
PÚBLICAS
BAIANAS
SOMADOS



- Universidade do Estado da Bahia | R\$ 461.294.537
- Universidade Estadual de Feira de Santana | R\$ 228.928.809
- Universidade Estadual de Santa Cruz | R\$ 191.322.466
- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia | R\$ 253.732.261



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO UMA
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS
DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

**MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA ATRIBUIÇÃO
QUANDO O ASSUNTO É
ABERTURA DE CRÉDITOS
ADICIONAIS**

LOA 2021 | BAHIA

A LOA 2021 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE ATÉ **30%** DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO*.

ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
R\$ 48,4 bi

R\$ 14,5 bi ← **30%**

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.
Fonte: LOA do Estado da Bahia 2021.

**CRÉDITOS
ADICIONAIS E
FOLHA DE
PAGAMENTO
DO SISTEMA DE
JUSTIÇA DA
BAHIA EM 2021**

EM 2021, O GOVERNO DA BAHIA DISTRIBUIU,
SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,

R\$ 325 MILHÕES EM CRÉDITOS

ADICIONAIS PARA AS FOLHAS DE PAGAMENTO
DO SISTEMA DE JUSTIÇA BAIANO.

O TJBA FICOU COM **R\$ 208 MILHÕES**.



CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA | 2021

	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJBA	R\$ 1,6 bi	R\$ 208 mi	R\$ 1,8 bi
MPBA	R\$ 506 mi	R\$ 83 mi	R\$ 589 mi
DPBA	R\$ 154 mi	R\$ 34 mi	R\$ 188 mi



CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA | BA

OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA AS
FOLHAS DE PAGAMENTO
DO SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO



AS FOLHAS DE
PAGAMENTOS DAS 3
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA RECEBERAM
MAIS QUE O
DETERMINADO NA
LOA

**EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO**

REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2021 | BA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-34%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-47%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

TRABALHO

O VALOR GASTO FOI

-29%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-24%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA



JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2021

CEARÁ

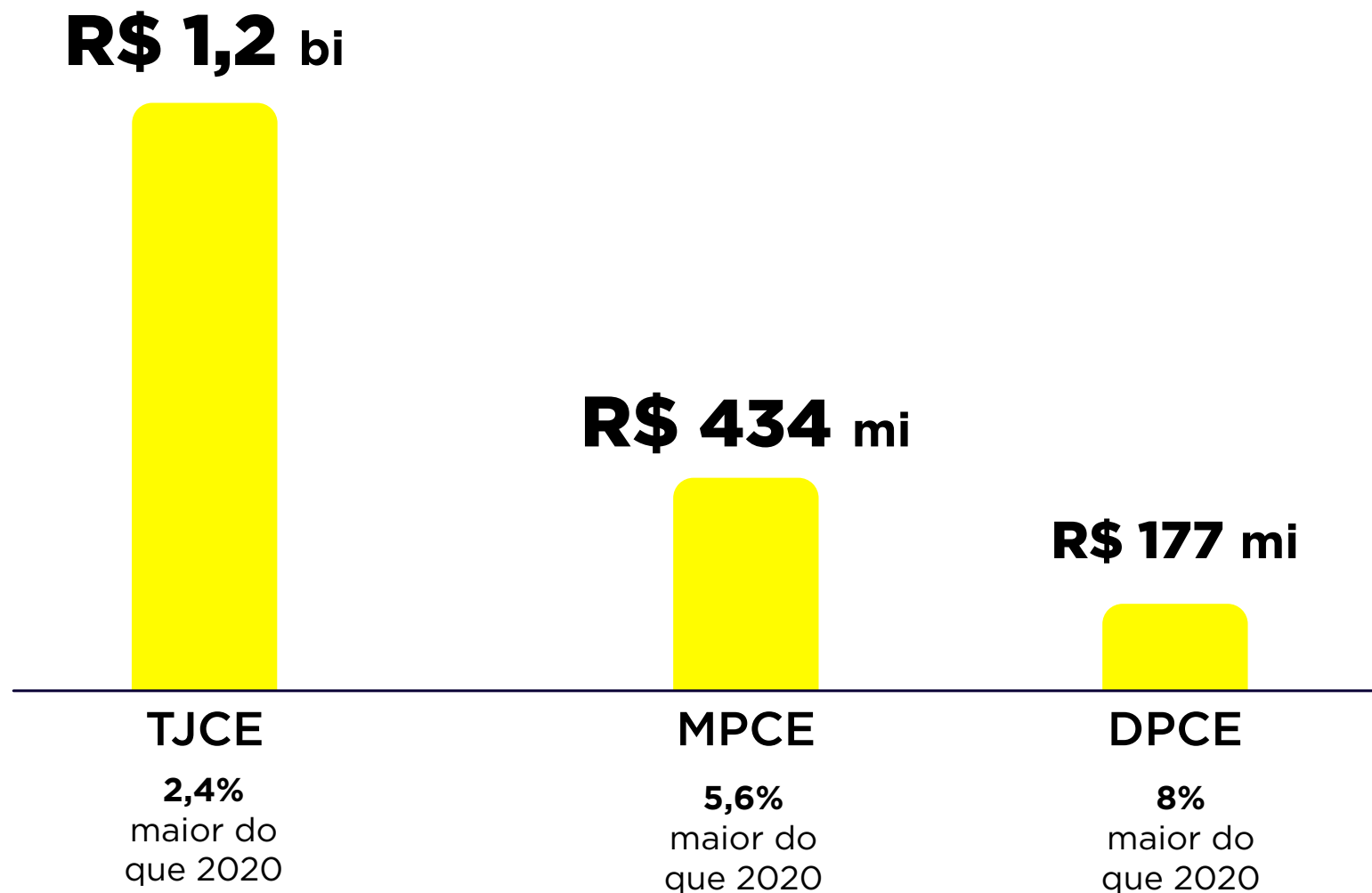


EM 2021, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DO CEARÁ FOI
DE **R\$ 31,2 BILHÕES**

15,8% MAIOR QUE O DE
2020

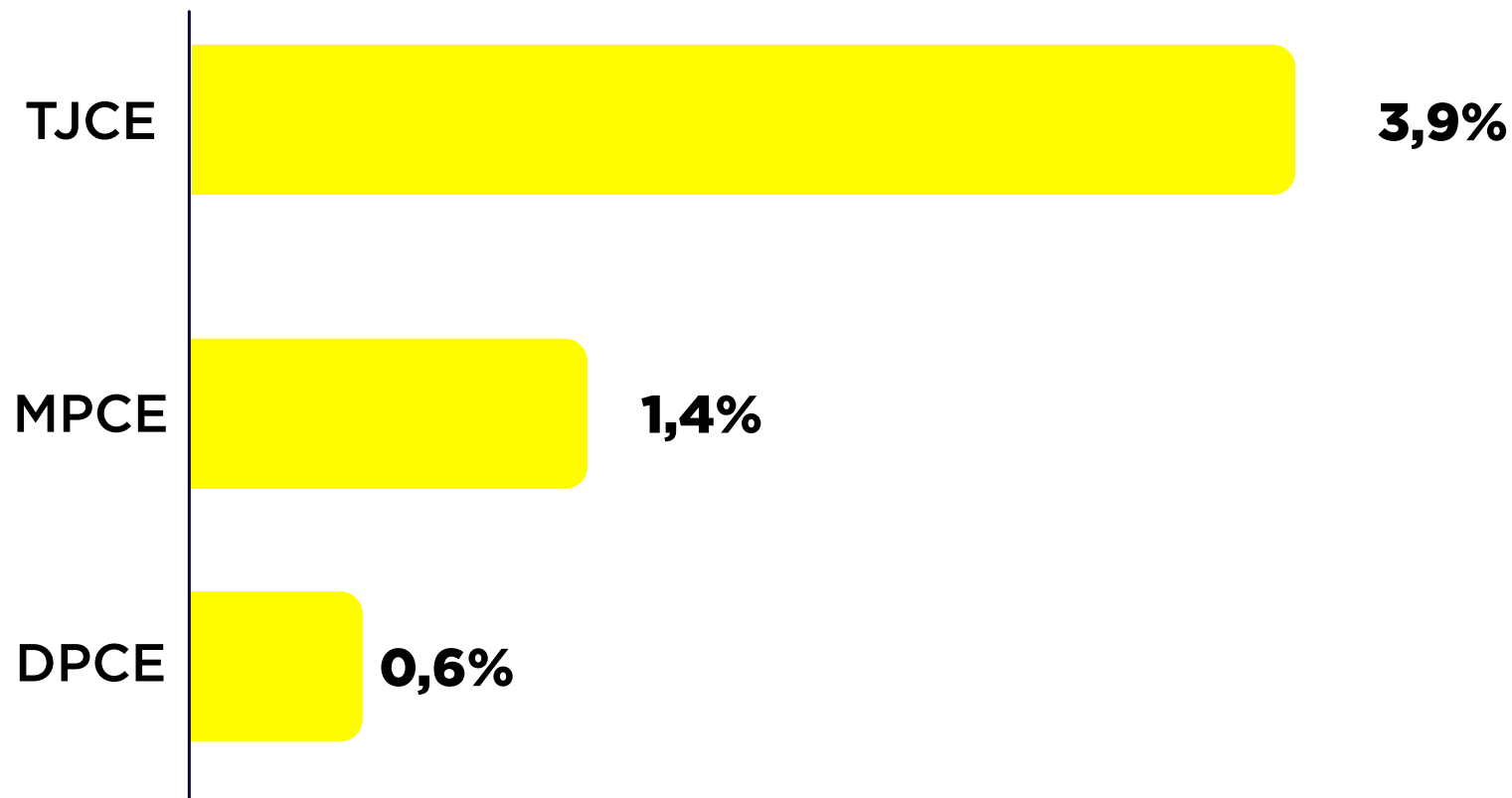
AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
3,7% EM 2021

ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2021



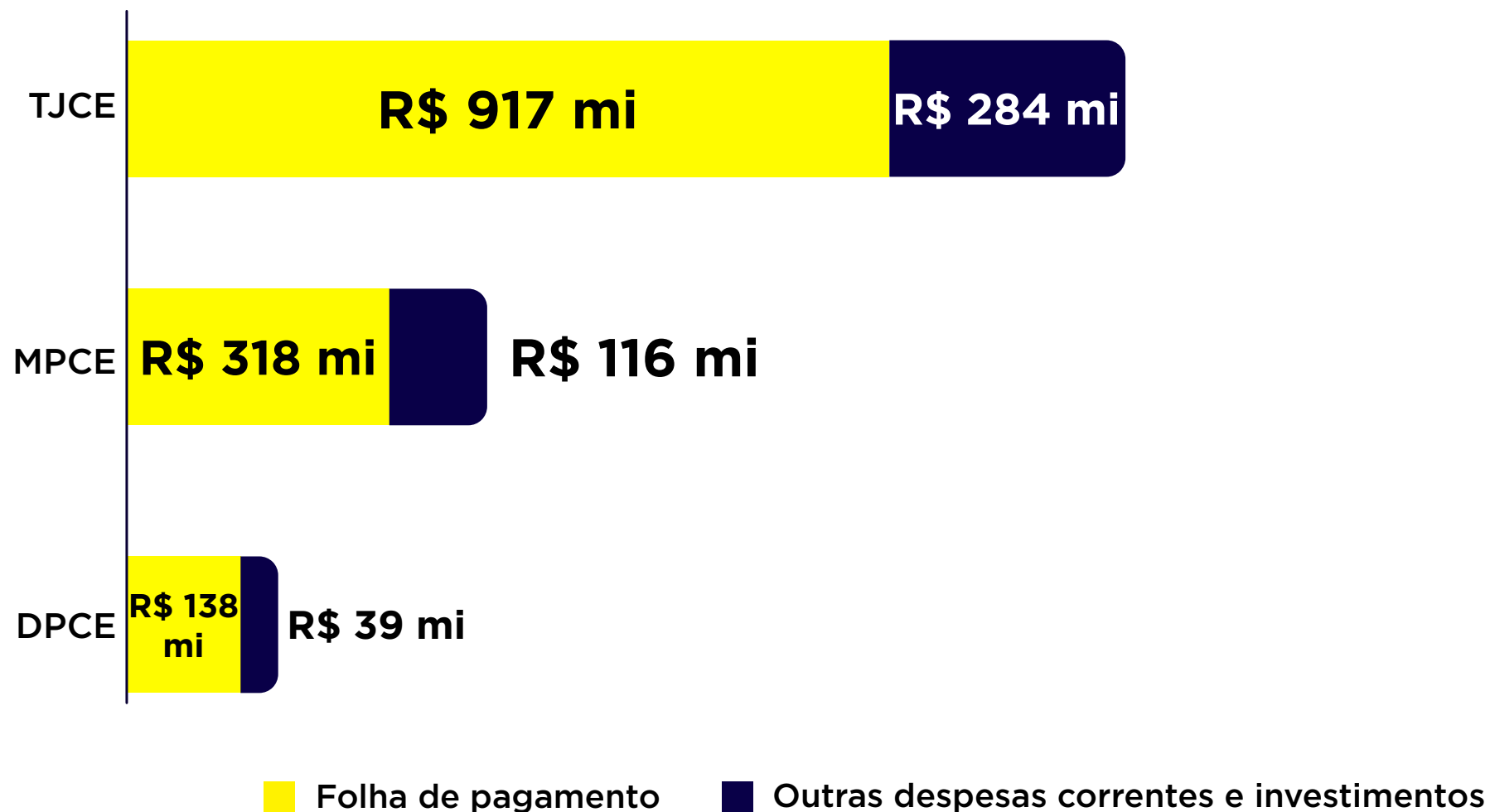
O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
5,8% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA | 2021

PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTOS* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

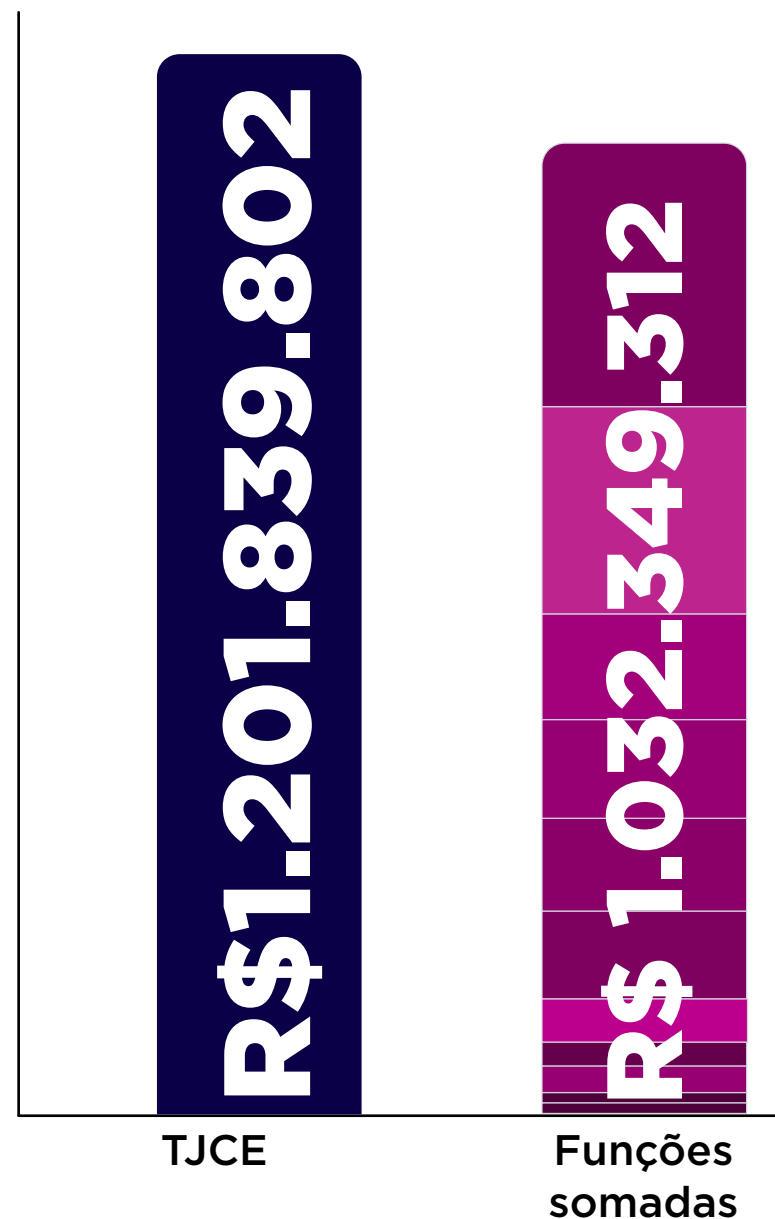
Fonte: Portal da Transparência do Ceará.



O ORÇAMENTO DO
TJCE EM 2021 FOI
SUPERIOR AOS
ORÇAMENTOS
SOMADO DE 11
FUNÇÕES DE INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

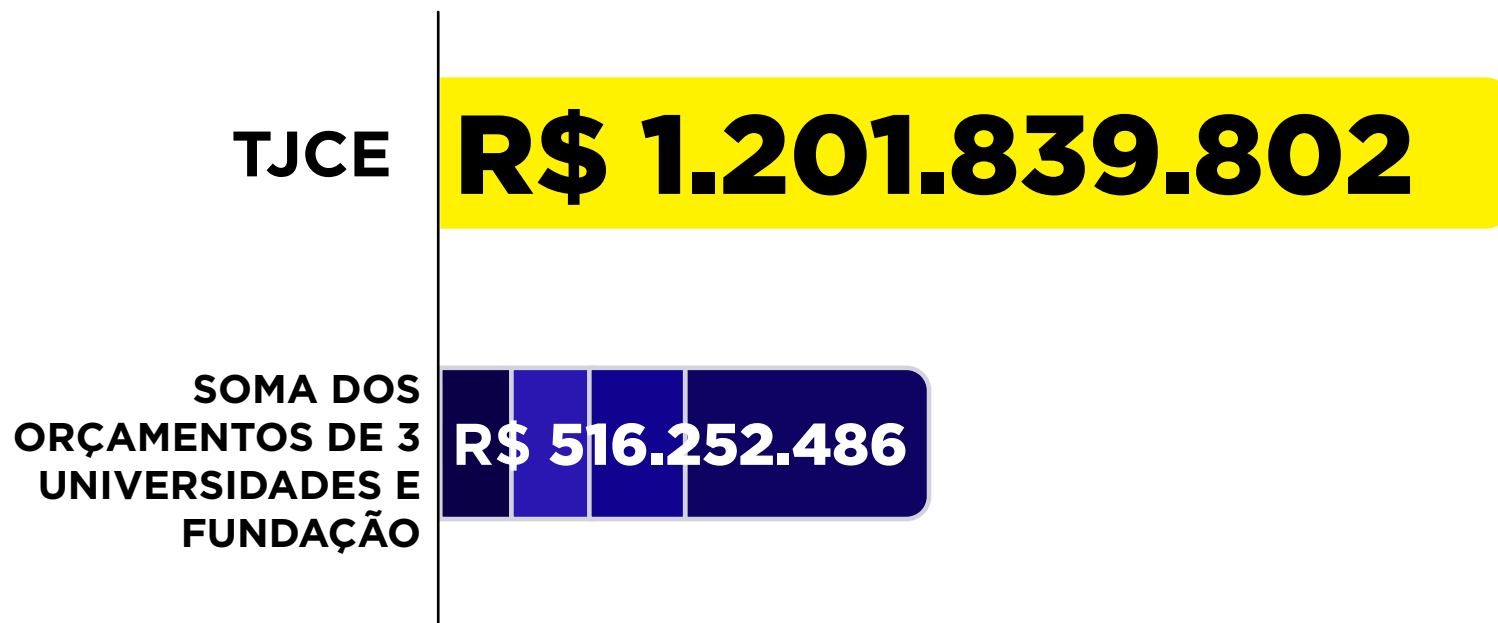
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 11
FUNÇÕES QUE SOMADAS
NÃO ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJCE.



- Gestão ambiental | R\$ 279.634.441
- Cultura | R\$ 220.581.373
- Saneamento | R\$ 115.333.122
- Trabalho | R\$ 106.724.184
- Ciência e Tecnologia | R\$ 94.927.172
- Comércio | R\$ 90.680.784
- Desporto e lazer | R\$ 48.185.569
- Habitação | R\$ 26.440.529
- Indústria | R\$ 25.813.821
- Organização agrária | R\$ 13.562.585
- Energia | R\$ 10.465.730

CUSTO COMPARATIVO DO TJCE | 2021

O ORÇAMENTO DO
TJCE É MAIS QUE O
DOBRO DOS
ORÇAMENTOS DE 3
UNIVERSIDADES
PÚBLICAS E A
FUNDAÇÃO
CEARENSE DE
APOIO AO
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO
SOMADOS

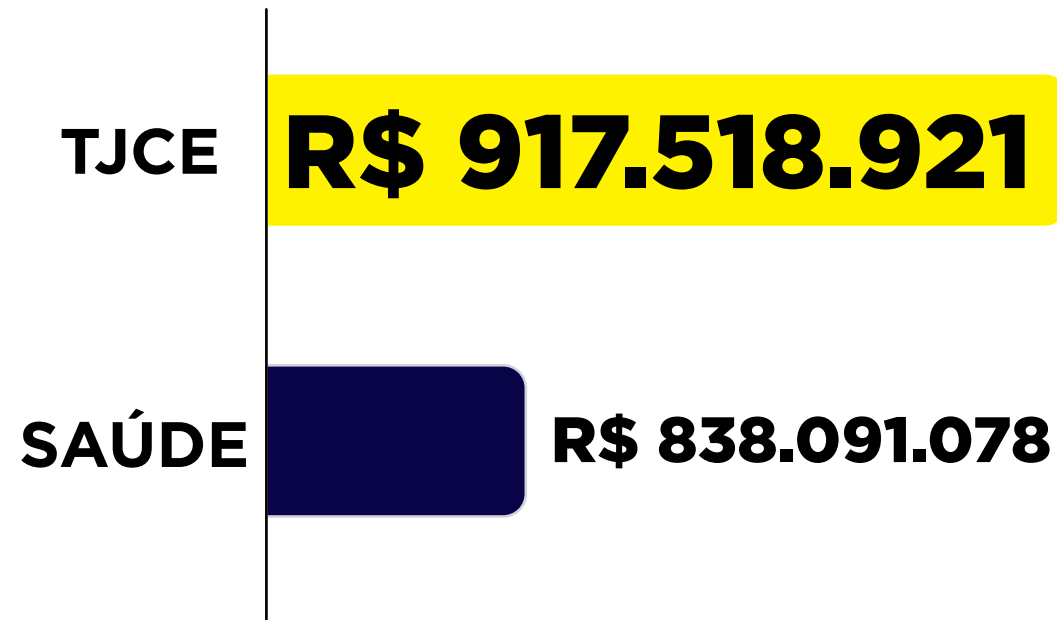


- Universidade Vale do Acaraú | R\$ 78.130.035
- Fund. Cearense de Apoio ao Desenv. Cient. e Tecnol. | R\$ 82.575.536
- Universidade Regional do Cariri | R\$ 104.072.981
- Universidade Estadual do Ceará | R\$ 215.473.934



CUSTO COMPARATIVO DO TJCE | 2021

EM ANO DE PANDEMIA,
O ORÇAMENTO
DESTINADO PARA A
FOLHA DE PAGAMENTO
DO TJCE FOI MAIOR DO
QUE O GASTO COM A
FOLHA DE PAGAMENTO
DA SAÚDE



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO UMA
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS
DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA ATRIBUIÇÃO
QUANDO O ASSUNTO É
ABERTURA DE CRÉDITOS
ADICIONAIS

LOA 2021 | CEARÁ

A LOA 2021 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE ATÉ **20%** DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO.

ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
R\$ 29,5 bi

R\$ 5,9 bi

20%

* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.
Fonte: LOA do Estado do Ceará 2021.

CRÉDITOS ADICIONAIS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ EM 2021

EM 2021, O GOVERNO DO CEARÁ DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, MAIS DE **R\$ 5 MILHÕES** EM CRÉDITOS ADICIONAIS PARA A FOLHA DE PAGAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

O TJCE E DPCE NÃO RECEBERAM CRÉDITOS ADICIONAIS.



A FOLHA DE
PAGAMENTO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
RECEBEU MAIS QUE O
DETERMINADO NA LOA

**EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO**

REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2021 | CEARÁ

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-83%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-39%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

GESTÃO AMBIENTAL

O VALOR GASTO FOI

-49%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-44%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA



JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2021

MINAS GERAIS

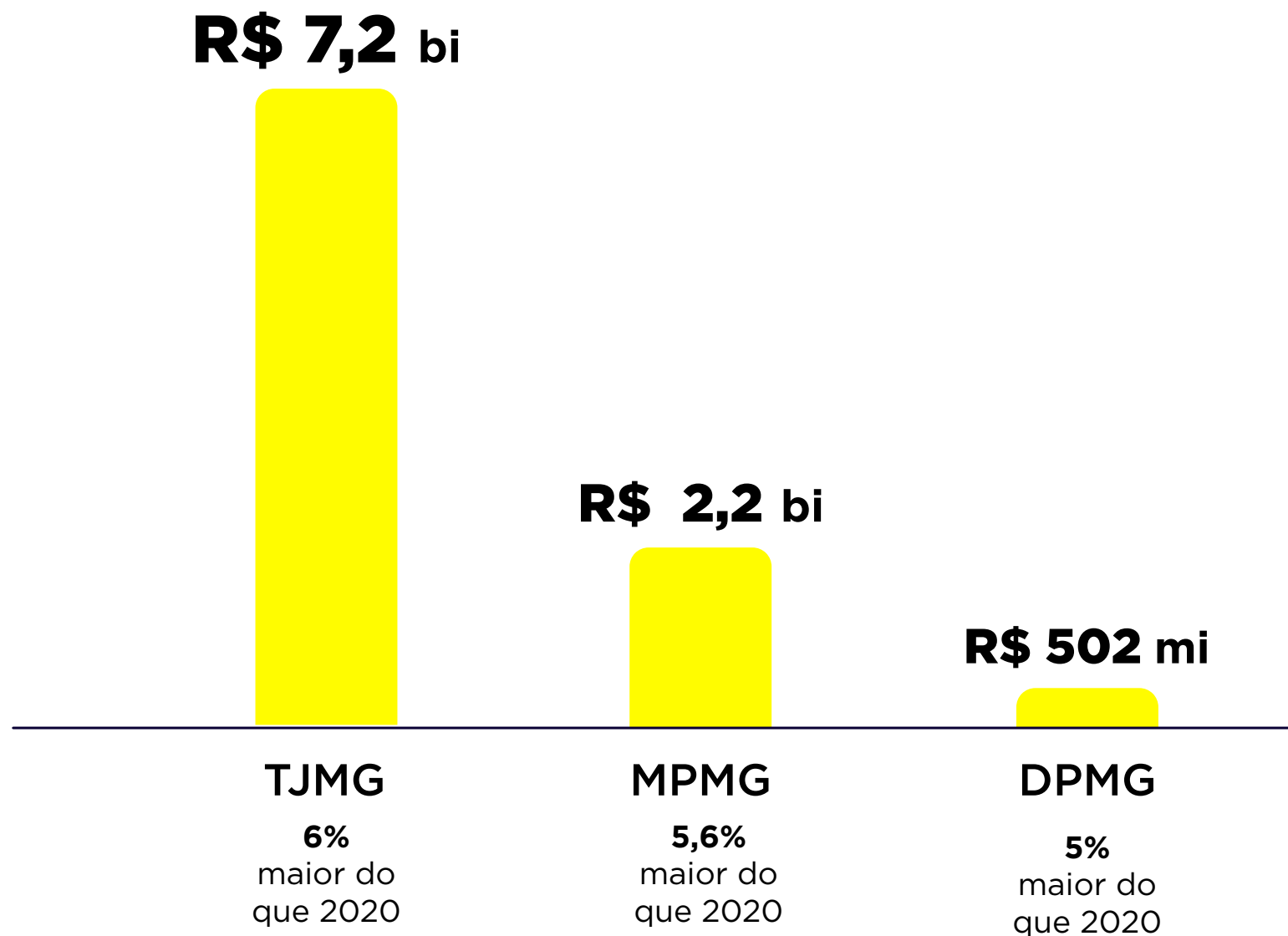


EM 2021, O
ORÇAMENTO DO
ESTADO DE MINAS
GERAIS FOI DE
R\$ 110,9 BILHÕES

17,4% MAIOR QUE O
DE 2020

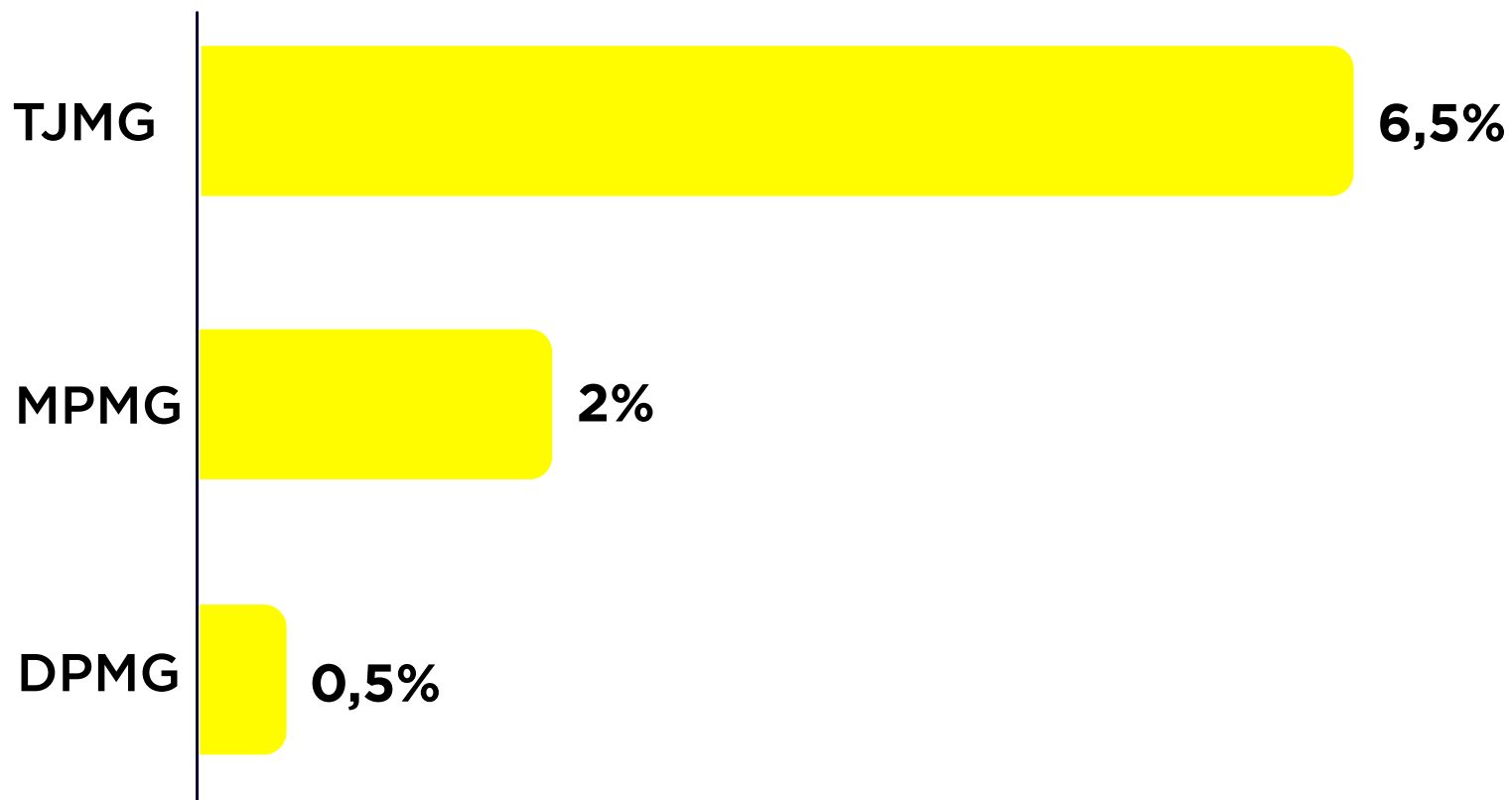
AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO
DE **5,9%** NO MESMO
PERÍODO

ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2021



O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM 9%
DO ORÇAMENTO
GERAL DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



FOLHA DE PAGAMENTO | 2021

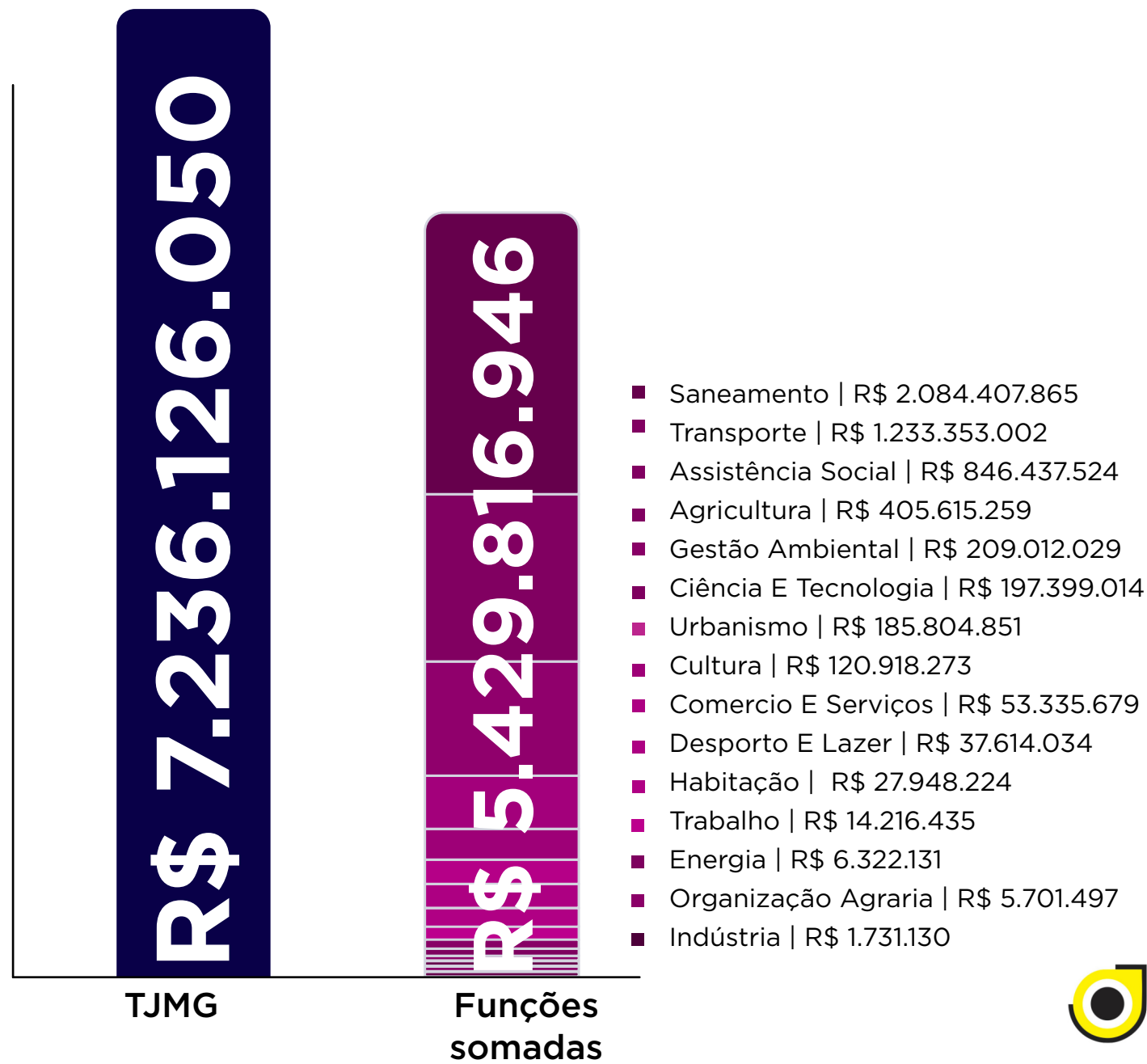
PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTOS* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



O ORÇAMENTO DO TJMG EM 2021 FOI SUPERIOR AOS ORÇAMENTOS SOMADOS DE 15 FUNÇÕES DE INEGÁVEL IMPORTÂNCIA NO ORÇAMENTO PÚBLICO

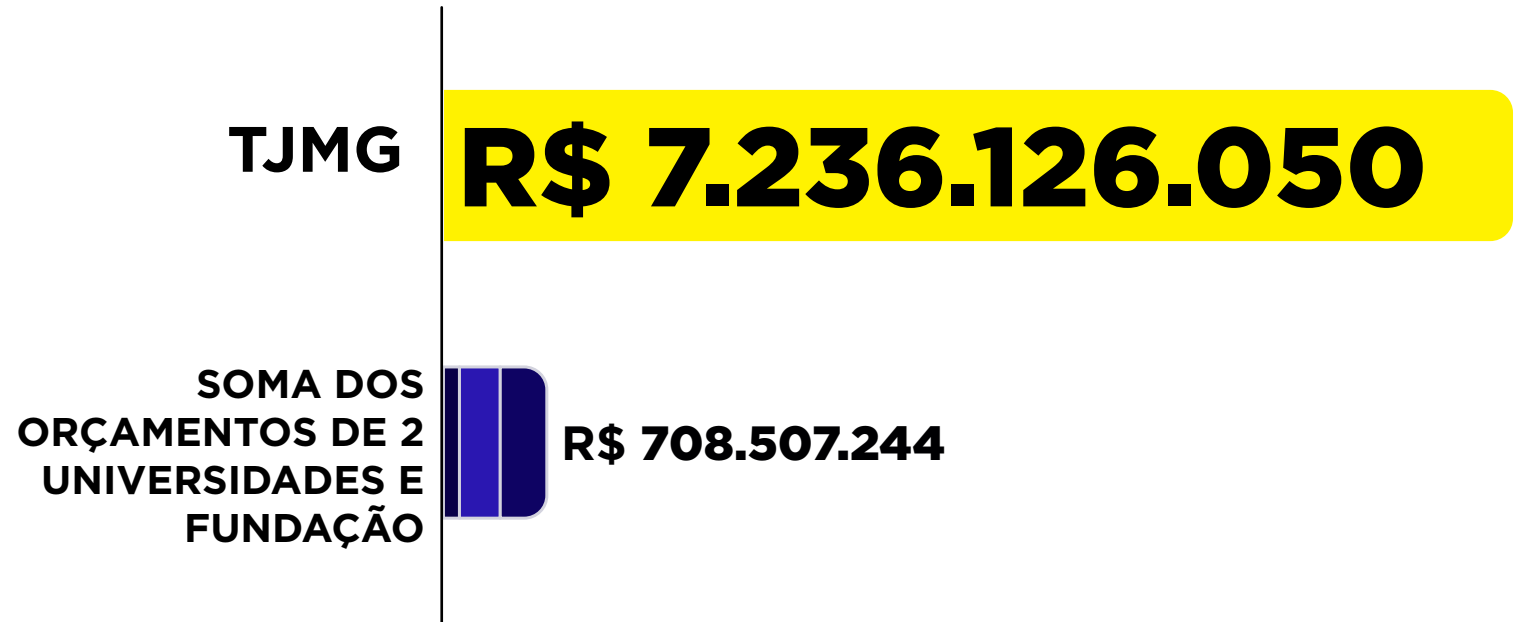
(VALORES NOMINAIS)

A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O JUSTA SELECIONOU 15 FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO ALCANÇAM OS VALORES RECEBIDO PELO TJMG.



CUSTO COMPARATIVO DO TJMG | 2021

O ORÇAMENTO DO
TJMG É **10 X MAIOR**
DO QUE OS
ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 2
UNIVERSIDADES
PÚBLICAS
MINEIRAS E 1
FUNDAÇÃO DE
PESQUISA

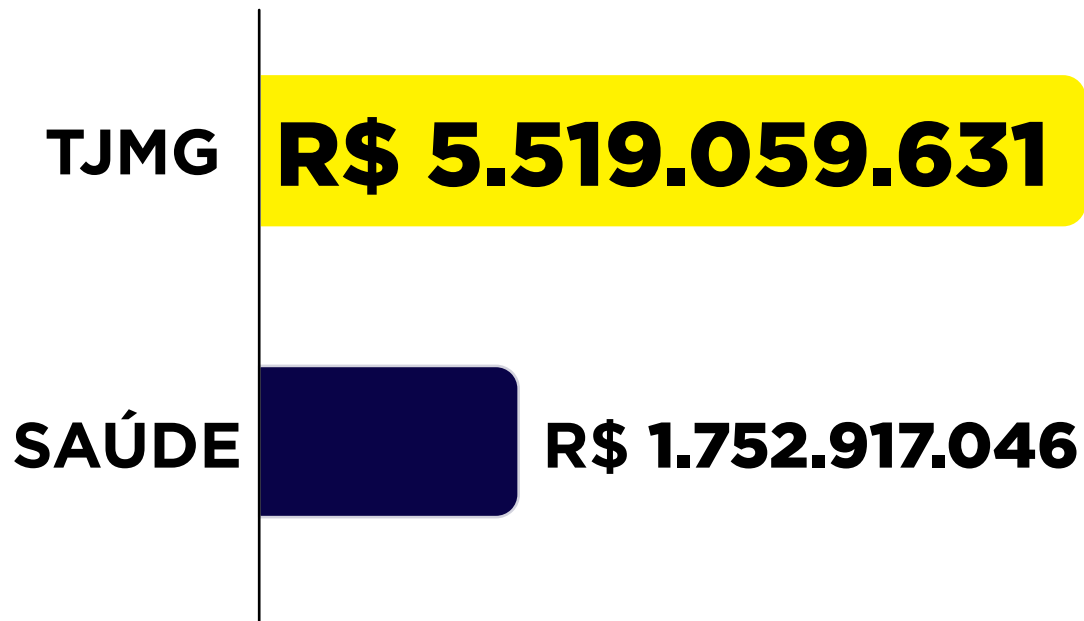


- Universidade do Estado de Minas Gerais | R\$ 294.989.912
- Universidade Estadual de Montes Claros | R\$ 374.943.738
- Fundação João Pinheiro | R\$38.573.593



CUSTO COMPARATIVO DO TJMG | 2021

EM ANO DE PANDEMIA,
O ORÇAMENTO
DESTINADO PARA A
FOLHA DE PAGAMENTO
DO TJMG FOI MAIOR
DO QUE O GASTO COM
A FOLHA DE
PAGAMENTO DA SAÚDE



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO UMA
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS
DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA ATRIBUIÇÃO
QUANDO O ASSUNTO É
ABERTURA DE CRÉDITOS
ADICIONAIS

LOA 2021 | MINAS GERAIS

A LOA 2021 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE ATÉ **30%** DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO.

ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
R\$ 122 bi

R\$ 36,5 bi ← **30%**

**CRÉDITOS
ADICIONAIS E
FOLHA DE
PAGAMENTO
DO SISTEMA DE
JUSTIÇA DE
MINAS GERAIS
EM 2021**

EM 2021, O GOVERNO DE MINAS GERAIS
DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA, **R\$ 1,6 MILHÃO** EM CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA A FOLHA DE PAGAMENTO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MINEIRO.

O MPMG E DPMG NÃO RECEBERAM CRÉDITOS
ADICIONAIS.



A FOLHA DE
PAGAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA RECEBEU
MAIS QUE O
DETERMINADO NA
LOA

**EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO**

REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2021 | MG

CULTURA

O VALOR GASTO FOI

-6%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-49%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

GESTÃO AMBIENTAL

O VALOR GASTO FOI

-34%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-51%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2021

PARANÁ

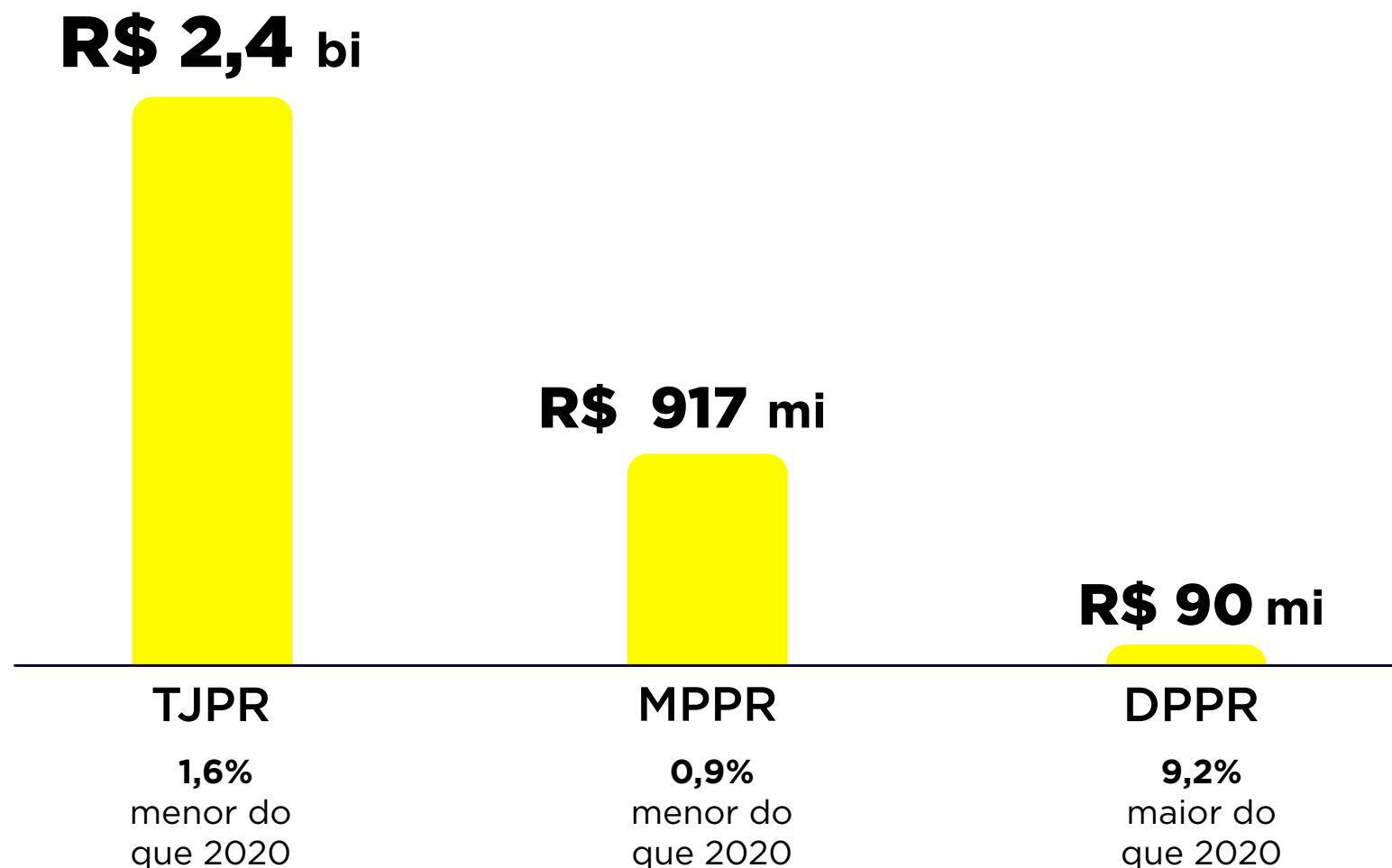


EM 2021, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DO
PARANÁ FOI DE
R\$ 48,4 BILHÕES

10% MAIOR QUE O DE
2020

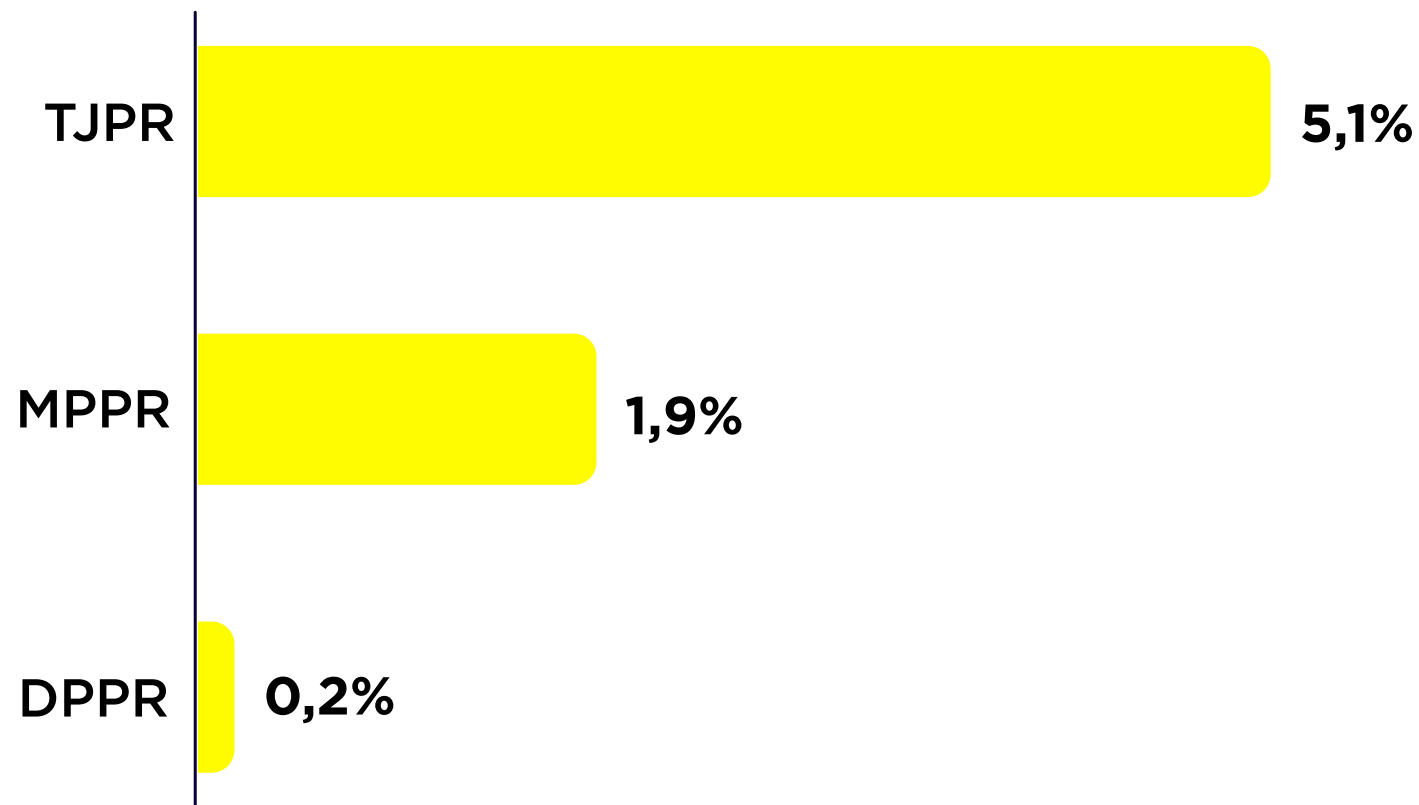
AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UMA
DIMINUIÇÃO MÉDIA DE
1,2% NO MESMO
PERÍODO

ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2021



O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
7,2% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



FOLHA DE PAGAMENTO | 2021

PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTOS* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

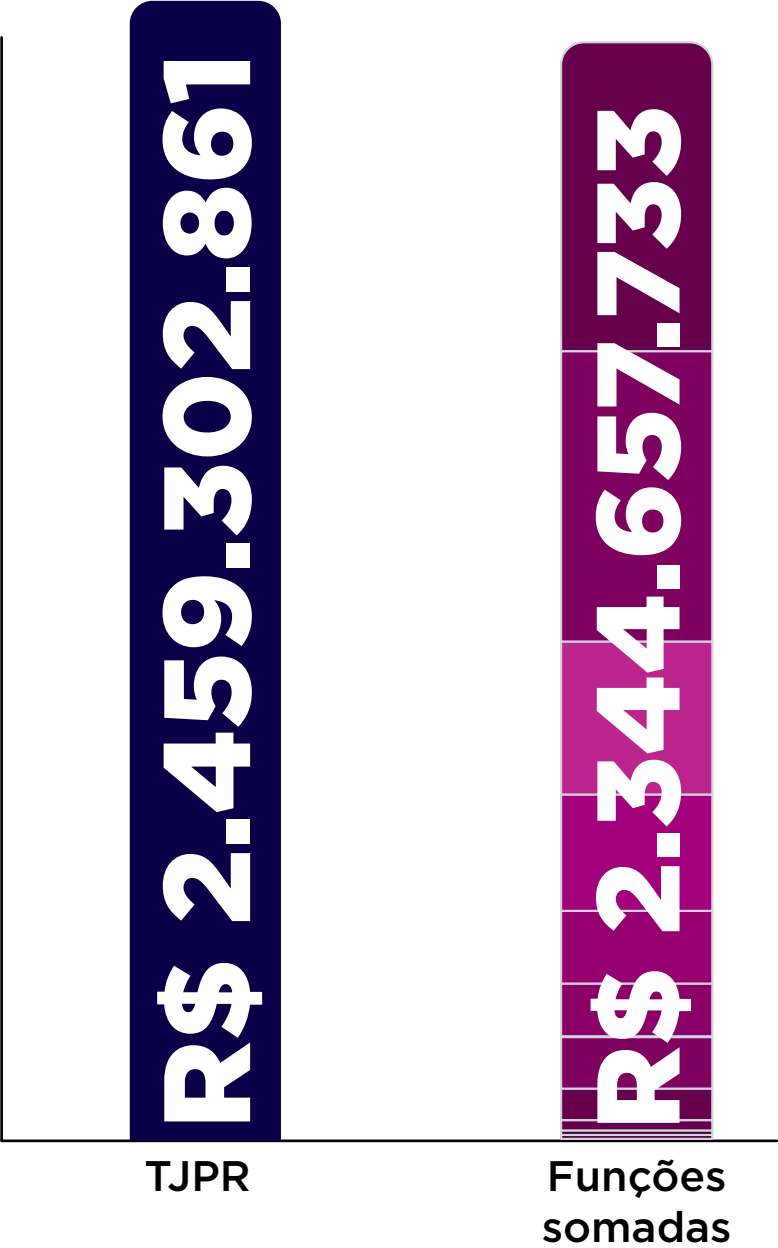
Fonte: Portal da Transparência do Paraná.



O ORÇAMENTO DO TJPR FOI SUPERIOR AOS ORÇAMENTOS SOMADOS DE 11 FUNÇÕES DE INEGÁVEL IMPORTÂNCIA NO ORÇAMENTO PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O JUSTA SELECIONOU 11 FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO ALCANÇAM OS VALORES RECEBIDO PELO TJPR



- Urbanismo | R\$ 656.404.555
- Habitação | R\$ 624.127.501
- Gestão Ambiental | R\$ 326.184.436
- Assistência Social | R\$ 251.263.793
- Ciência e Tecnologia | R\$ 153.956.802
- Comunicações | R\$ 118.608.595
- Cultura | R\$ 108.976.565
- Desporto e Lazer | R\$ 68.456.117
- Comércio e Serviços | R\$ 21.142.564
- Indústria | R\$ 8.849.380
- Trabalho | R\$ 6.687.424

O ORÇAMENTO DO
TJPR É MAIOR QUE
A SOMA DOS
ORÇAMENTOS DE 7
UNIVERSIDADES
DO ESTADO

TJPR

R\$ 2.459.302.861

SOMA DOS
ORÇAMENTOS DE
7 UNIVERSIDADES

R\$ 2.264.125.770

- Universidade Estadual do Norte do Paraná | R\$ 94.866.630
- Universidade Estadual do Paraná | R\$ 186.482.356
- Universidade Estadual do Centro-Oeste | R\$ 200.635.508
- Universidade Estadual de Ponta Grossa | R\$ 324.565.249
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná | 346.160.321
- Universidade Estadual de Maringá | R\$ 534.508.312
- Universidade Estadual de Londrina | R\$ 576.907.396



EM ANO DE PANDEMIA,
O ORÇAMENTO
DESTINADO PARA A
FOLHA DE PAGAMENTO
DO TJPR FOI MAIOR DO
QUE O GASTO COM A
FOLHA DE PAGAMENTO
DA SAÚDE

TJPR

R\$ 1.803.743.696

SAÚDE

R\$ 1.117.080.715



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO UMA
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS
DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA ATRIBUIÇÃO
QUANDO O ASSUNTO É
ABERTURA DE CRÉDITOS
ADICIONAIS

LOA 2021 | PARANÁ

A LOA 2021 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE ATÉ
5% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS - SEM
PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO.



* Existem exceções na lei que permitem outros remanejamentos além do percentual indicado.
Fonte: LOA do Estado do Paraná 2021.

**CRÉDITOS
ADICIONAIS E
FOLHA DE
PAGAMENTO
DO SISTEMA DE
JUSTIÇA DO
PARANÁ EM
2021**

EM 2021, O GOVERNO DO PARANÁ DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, MAIS DE **R\$ 103 MILHÕES** EM CRÉDITOS ADICIONAIS PARA A FOLHA DE PAGAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARANAENSE.

O MPPR E DPPR NÃO RECEBERAM CRÉDITOS ADICIONAIS.



A FOLHA DE
PAGAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA RECEBEU
MAIS QUE O
DETERMINADO NA
LOA

**EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO**

REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2021 | PR

COMÉRCIO E SERVIÇOS

O VALOR GASTO FOI

-26%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

GESTÃO AMBIENTAL

O VALOR GASTO FOI

-28%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

INDÚSTRIA

O VALOR GASTO FOI

-40%

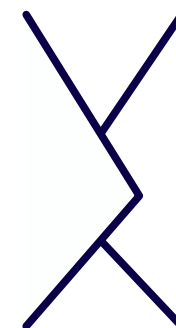
QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

TRABALHO

O VALOR GASTO FOI

-75%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA



JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2021

SÃO PAULO

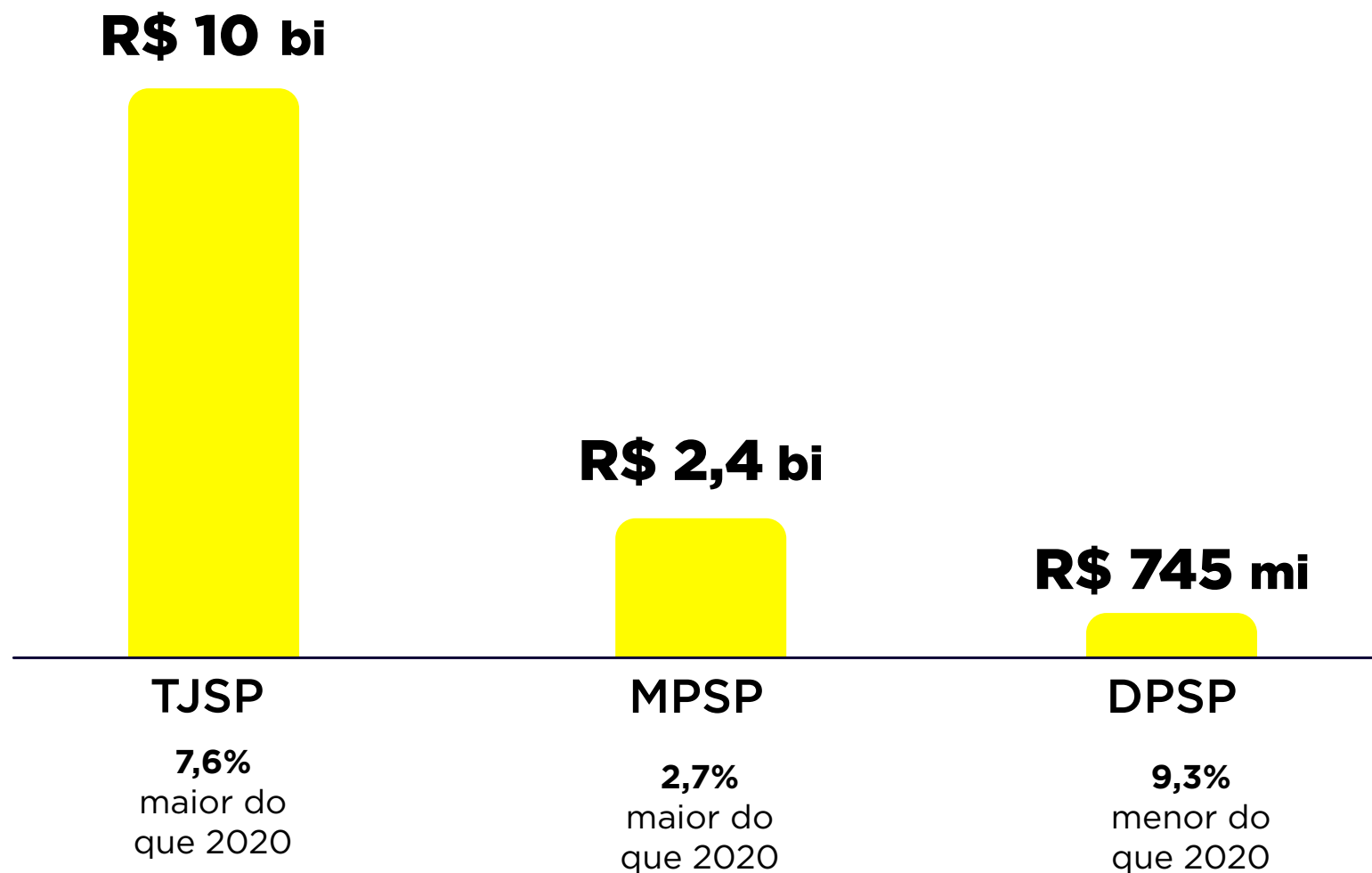


EM 2021, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DE SÃO
PAULO FOI DE
R\$ 272,7 BILHÕES

23% MAIOR
QUE O DE 2020.

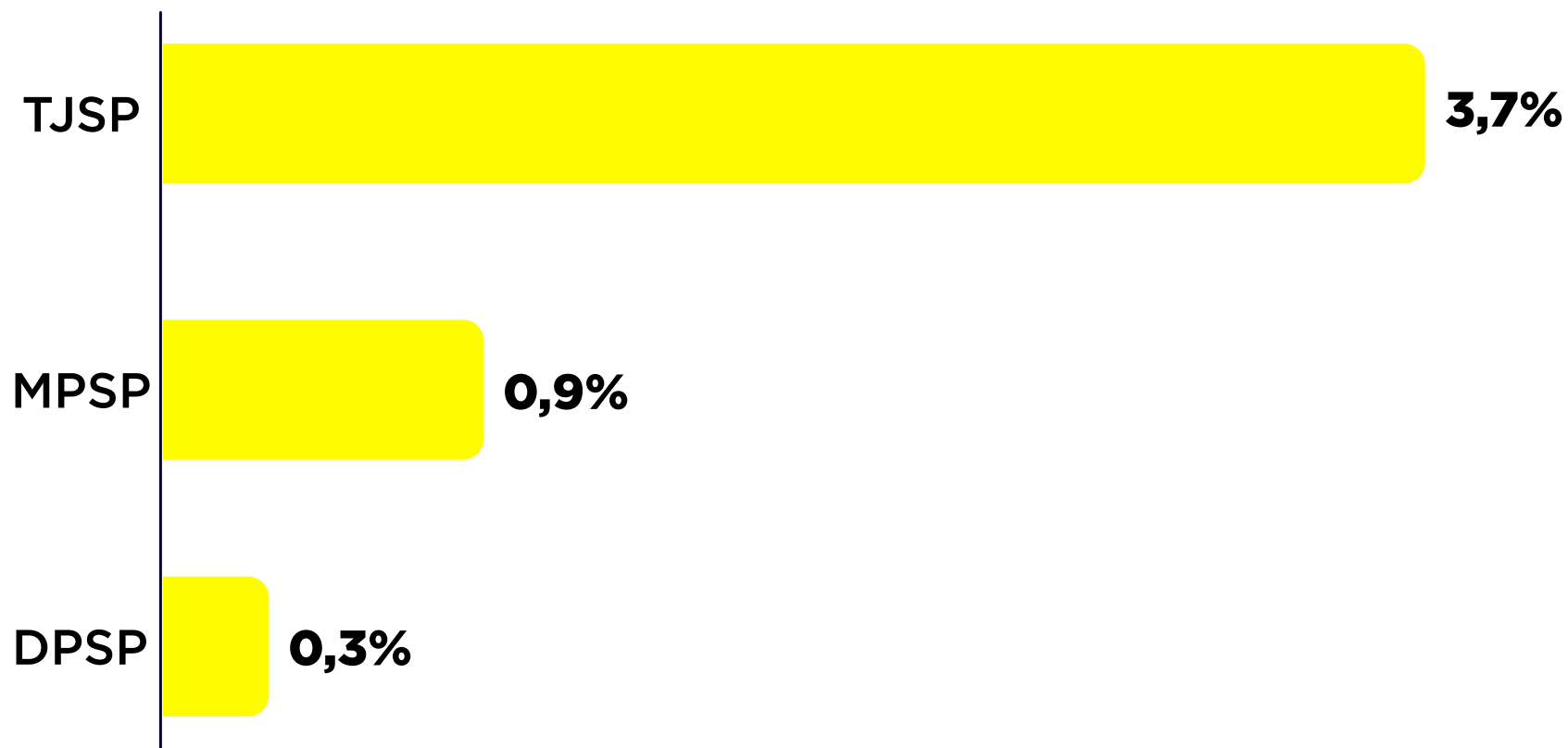
AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
5,5% EM 2021

O ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2021



O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA, DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM
4,8% DO
ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



FOLHA DE PAGAMENTO | 2021

PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTOS* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



* Despesas com pessoal e encargos sociais

Fonte: Portal da Transparência de São Paulo.



O ORÇAMENTO DO
TJSP EM 2021 FOI
SUPERIOR AOS
ORÇAMENTOS
SOMADO DE 10
FUNÇÕES DE INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

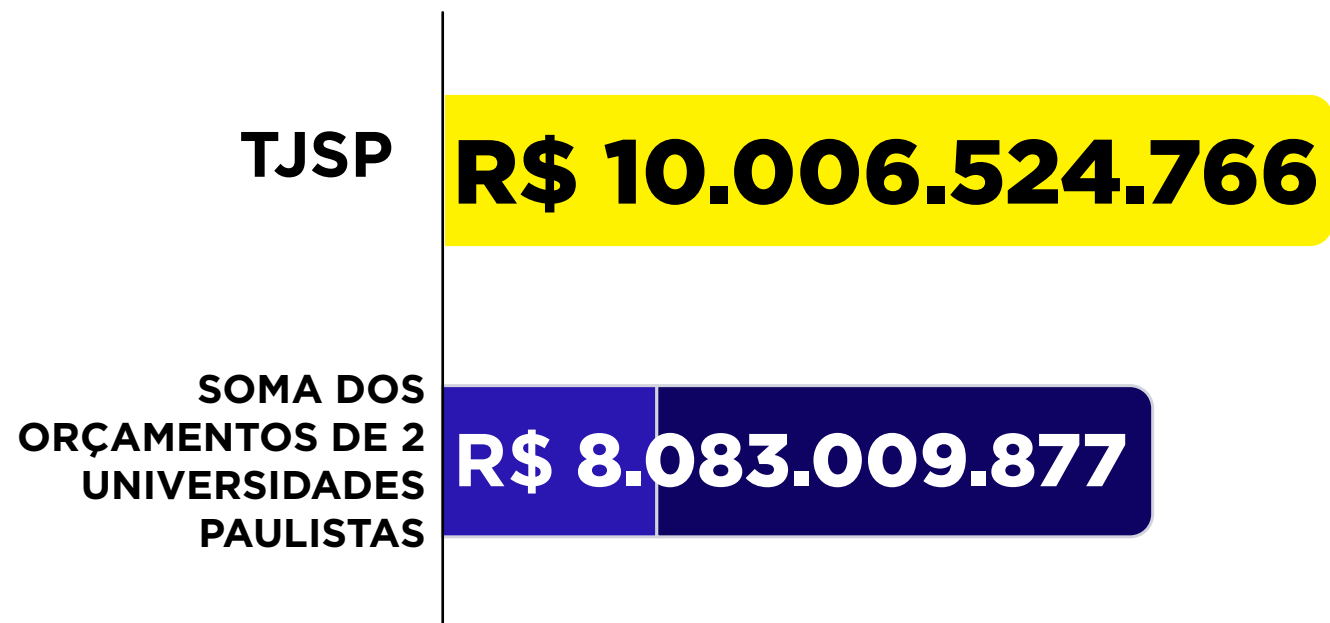
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O JUSTA
SELECIONOU 10 FUNÇÕES CUJAS
FOLHAS DE PAGAMENTO SOMADAS
NÃO ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJSP.



- Gestão Ambiental | R\$ 2.296.862.284
- Habitação | R\$ 2.219.725.308
- Ciência e Tecnologia | R\$ 1.781.445.363
- Assistência Social | R\$ 1.184.153.575
- Cultura | R\$ 1.151.456.594
- Saneamento | R\$ 551.307.594
- Desporto e Lazer | R\$ 317.250.942
- Trabalho | R\$ 221.615.903
- Comunicação | R\$ 150.303.796
- Organização Agrária | R\$ 71.057.844

CUSTO COMPARATIVO DO TJSP | 2021

O ORÇAMENTO DO
TJSP É **MAIOR** DO
QUE OS
ORÇAMENTOS
SOMADOS DE 2
UNIVERSIDADES
PÚBLICAS
PAULISTAS



- Universidade Estadual de Campinas | R\$ 2.478.754.490
- Universidade de São Paulo | R\$ 5.604.255.387



CUSTO COMPARATIVO DO TJSP | 2021

EM ANO DE PANDEMIA,
O ORÇAMENTO
DESTINADO PARA A
FOLHA DE PAGAMENTO
DO TJSP É MAIOR QUE
O GASTO COM A
FOLHA DE PAGAMENTO
DA SAÚDE

TJSP

R\$ 7.254.345.737

SAÚDE

R\$ 5.677.939.480



UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO UMA
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS
DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA ATRIBUIÇÃO
QUANDO O ASSUNTO É
ABERTURA DE CRÉDITOS
ADICIONAIS

LOA 2021 | SÃO PAULO

A LOA 2021 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE ATÉ
17% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS – SEM
PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO.

ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
R\$ 244 bi

R\$ 41.4 bi ← **17%**

**CRÉDITOS
ADICIONAIS E
FOLHA DE
PAGAMENTO
DO SISTEMA DE
JUSTIÇA DE
SÃO PAULO EM
2021**

EM 2021, O GOVERNO DE SÃO PAULO DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, **R\$ 615 MILHÕES**, EM CRÉDITOS ADICIONAIS PARA AS FOLHAS DE PAGAMENTOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA PAULISTA.

O MPSP FICOU COM **R\$ 326 MILHÕES** E O TJSP COM **R\$ 218 MILHÕES**.



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA | 2021

	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJSP	7 bi	218 mi	7,2 bi
MPSP	1,8 bi	326 mi	2,1 bi
DPSP	355 mi	71 mi	426 mi



CRÉDITOS ADICIONAIS E FOLHA DE PAGAMENTO | SP

OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA AS
FOLHAS DE PAGAMENTO
DO SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE A
SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES FUNÇÕES
DE GOVERNO



AS FOLHAS DE
PAGAMENTOS DAS 3
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA RECEBERAM
MAIS QUE O
DETERMINADO NA
LOA

**NA FOLHA DE
PAGAMENTO DE
OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO**

REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2021 | SP

ENERGIA

O VALOR GASTO FOI

-3%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

COMUNICAÇÕES

O VALOR GASTO FOI

-2%

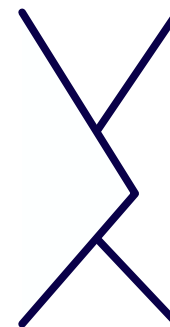
QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

LEGISLATIVA

O VALOR GASTO FOI

-6%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA



JUSTIÇA E ORÇAMENTO 2021

TOCANTINS



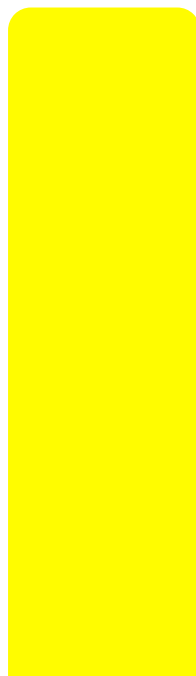
EM 2021, O ORÇAMENTO
DO ESTADO DO
TOCANTINS FOI DE
R\$ 10,7 BILHÕES

14,2% MAIOR QUE O DE
2020.

AS INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA TIVERAM UM
CRESCIMENTO MÉDIO DE
1% NO MESMO PERÍODO

ORÇAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM 2021

R\$ 614 mi



TJTO

0,4%
maior do
que 2020

R\$ 187 mi



MPTO

2,8%
maior do
que 2020

R\$ 146 mi



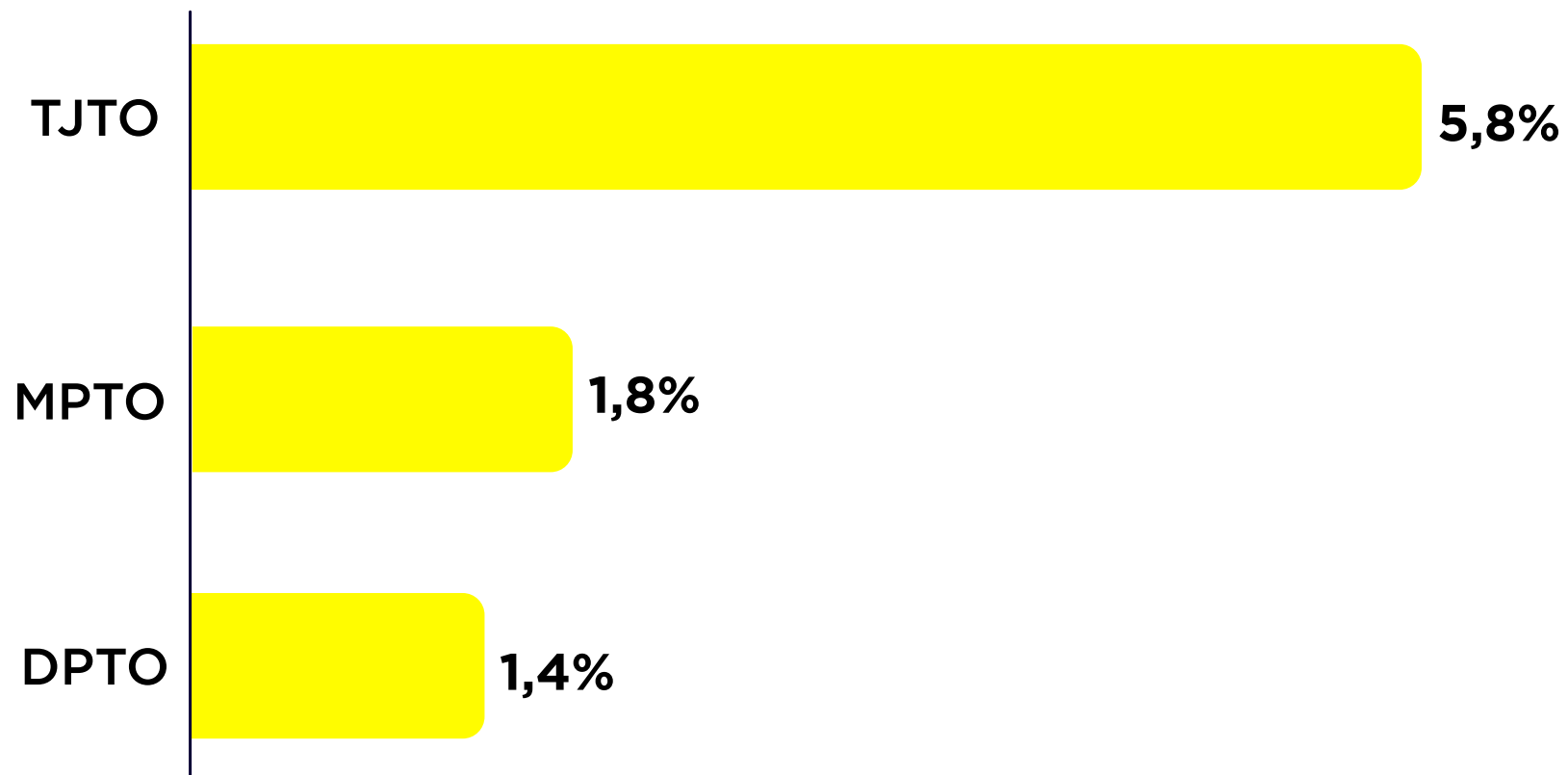
DPTO

1,4%
maior do
que 2020



O ORÇAMENTO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
DO MINISTÉRIO PÚBLICO
E DA DEFENSORIA
PÚBLICA SOMADOS
REPRESENTARAM 8,9%
DO ORÇAMENTO GERAL
DO ESTADO

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO GASTO COM AS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



FOLHA DE PAGAMENTO | 2021

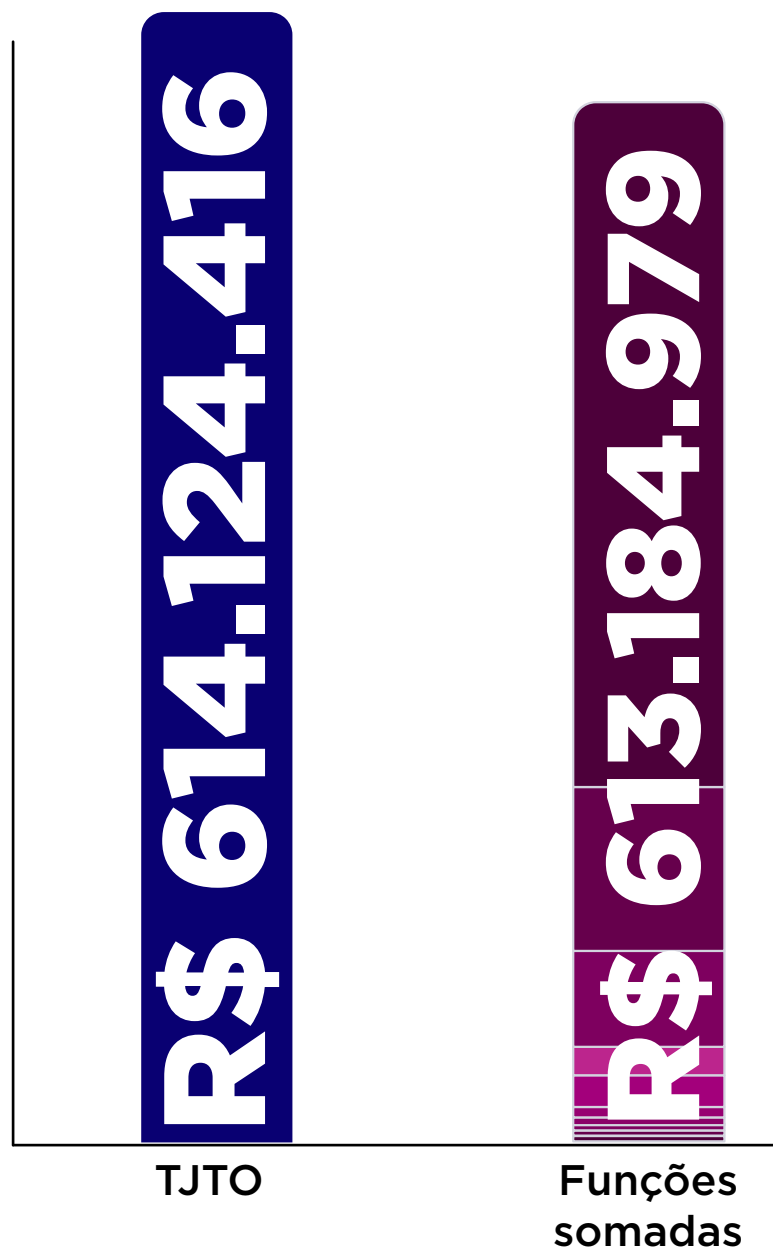
PESO DAS FOLHAS DE PAGAMENTOS* NO ORÇAMENTO GERAL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA



O ORÇAMENTO DO
TJTO É SUPERIOR
AOS ORÇAMENTOS
SOMADO DE 10
FUNÇÕES DE
INEGÁVEL
IMPORTÂNCIA NO
ORÇAMENTO
PÚBLICO

(VALORES NOMINAIS)

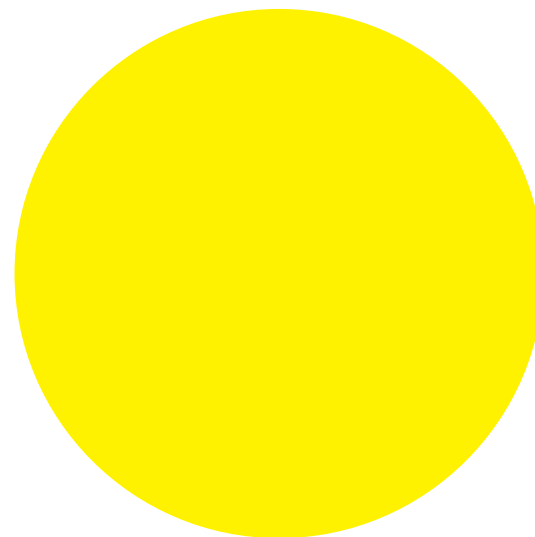
A TÍTULO DE ILUSTRAÇÃO, O
JUSTA SELECIONOU 10
FUNÇÕES QUE SOMADAS NÃO
ALCANÇAM OS VALORES
RECEBIDO PELO TJTO.



- Legislativa | R\$ 403.836.404
- Assistência Social | R\$ 96.307.774
- Gestão Ambiental | R\$ 56.628.632
- Comércio e Serviços | R\$ 18.104.961
- Urbanismo | R\$ 17.261.999
- Cultura | R\$ 6.392.441
- Organização Agrária | R\$ 4.757.999
- Trabalho | R\$ 4.155.873
- Ciência e Tecnologia | R\$ 3.723.716
- Indústria | R\$ 2.015.181



O ORÇAMENTO DO
TJTO É **11 VEZES**
MAIOR DO QUE O
ORÇAMENTO DA
UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
TOCANTINS



614 mi

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



53 mi

UNITINS

UMA DAS PRINCIPAIS
ATRIBUIÇÕES DAS
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
É DEBATER O ORÇAMENTO
PÚBLICO, GARANTINDO UMA
DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS
DEMOCRÁTICA E
TRANSPARENTE

MAS O LEGISLATIVO TEM
TRANSFERIDO PARA O
EXECUTIVO SUA ATRIBUIÇÃO
QUANDO O ASSUNTO É
ABERTURA DE CRÉDITOS
ADICIONAIS – AS CHAMADAS
SUPLEMENTAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS

LOA 2021 | TOCANTINS

A LOA 2021 AUTORIZA O GOVERNO A DISTRIBUIR DIRETAMENTE ATÉ
30% DO ORÇAMENTO ESTADUAL EM CRÉDITOS ADICIONAIS – SEM
PRECISAR PASSAR PELO LEGISLATIVO.

ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
R\$ 10,9 bi

R\$ 3,2 bi ← **30%**



**CRÉDITOS
ADICIONAIS NAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA DE
TOCANTINS EM
2021**

EM 2021, O GOVERNO DO TOCANTINS
DISTRIBUIU, SEM PASSAR PELA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA, **R\$ 89 milhões** EM CRÉDITOS
ADICIONAIS PARA AS FOLHAS DE PAGAMENTOS
DO SISTEMA DE JUSTIÇA TOCANTINENSE.

O TJTO FICOU COM **R\$ 62 milhões** E A
DEFENSORIA COM **R\$ 16 milhões**.



CRÉDITOS ADICIONAIS NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA | 2021

	VALORES PREVISTOS PARA FOLHA DE PAGAMENTO NA LOA	VALORES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	TOTAIS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO
TJTO	359 mi	62 mi	421 mi
MPTO	123 mi	11 mi	134 mi
DPTO	98 mi	16 mi	114 mi



OS EXTRAS
DISTRIBUÍDOS PELO
GOVERNO PARA AS
FOLHAS DE
PAGAMENTO DO
SISTEMA DE JUSTIÇA
SÃO MAIORES DO QUE
A SOMA DE TODO O
ORÇAMENTO DE
IMPORTANTES
FUNÇÕES DE GOVERNO



AS FOLHAS DE
PAGAMENTO DAS
INSTITUIÇÕES DE
JUSTIÇA RECEBERAM
MAIS QUE O
DETERMINADO NA LOA

**EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO**

REMANEJAMENTOS ORÇAMENTÁRIOS 2021 | TO

CULTURA

O VALOR GASTO FOI

-77%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

HABITAÇÃO

O VALOR GASTO FOI

-42%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

SANEAMENTO

O VALOR GASTO FOI

-56%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA

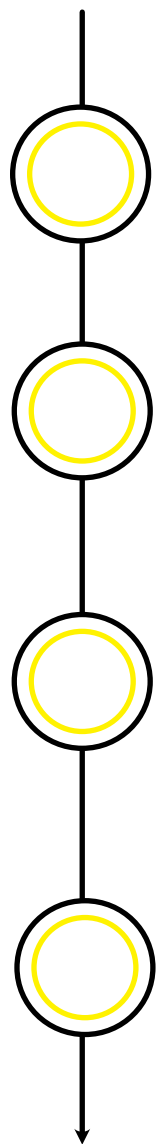
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O VALOR GASTO FOI

-77%

QUE O VALOR PREVISTO NA LOA





Os órgãos do Poder Executivo são, em regra, os responsáveis pelas políticas públicas. Assim, consomem a maior parte do orçamento.

Conheça as etapas de aprovação dos orçamentos estaduais

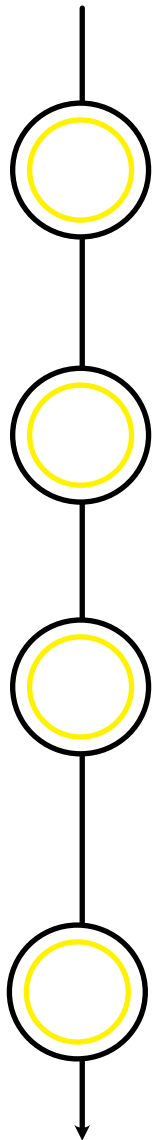
Cabe ao Executivo elaborar as propostas de distribuição de recursos públicos. E cabe à Assembleia Legislativa debater, alterar e aprovar as propostas orçamentárias apresentadas pelo governo.

Para monitorar o comportamento os orçamentos dos **Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas** em 8 estados brasileiros, analisamos os dados extraídos dos Portais de Transparência, Balanços Gerais e Leis Orçamentárias Anuais (2020-2021).

Foram selecionadas despesas vinculadas às rubricas dos orçamentos das instituições analisadas.

Conheça as rubricas analisadas





O cálculo das despesas com folha de pagamento das três instituições foi realizado considerando a exclusão a modalidade de aplicação 91, que representa o pagamento entre membros do governo.

Para o caso dos estados, a principal despesa nessa modalidade é o pagamento do governo para o regime próprio de previdência. Em sua composição, a principal rubrica se refere à cobertura de insuficiência financeira (déficit previdenciário).

Optamos por excluir essa modalidade com o objetivo de analisar as despesas de forma similar, considerando que a insuficiência financeira não é comum a todos os estados pesquisados.

Sua manutenção poderia gerar assimetrias analíticas, inflando artificialmente os orçamentos das instituições públicas analisadas.

Como desvantagem dessa exclusão, temos que a parcela referente à contribuição patronal corrente, ou seja, a parcela que o Estado arca com o servidor ativo para a previdência estadual não é contabilizada como custo das instituições e das políticas públicas analisadas.

RUBRICAS ANALISADAS

Bahia

Instituição

Defensoria Pública
Ministério Público
Tribunal de Justiça

Órgãos

50.50.000 - DEFENSORIA PÚBLICA
4.40.000 - MINISTÉRIO PÚBLICO
2.04.000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ceará

Instituição

Defensoria Pública
Defensoria Pública
Ministério Público
Ministério Público
Ministério Público
Tribunal de Justiça
Tribunal de Justiça
Tribunal de Justiça

Órgãos

06000000 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO
06200001 - FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
15000000 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
15200002 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ
15200003 - FUNDO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
15200005 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
04200003 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

Minas Gerais

Instituição

Defensoria Pública
Ministério Público
Ministério Público
Ministério Público
Tribunal de Justiça
Tribunal de Justiça

Unidades Orçamentárias

1.44.1 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1.09.1 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - PGJ
4.44.1 - FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FUNEMP
4.45.1 - FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FEPDC
1.03.1 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - TJMG
4.03.1 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FEPJ



RUBRICAS ANALISADAS

Paraná

Instituição

Defensoria Pública
Ministério Público
Tribunal de Justiça

Órgãos

07 - DEFENSORIA PÚBLICA
09 - MINISTÉRIO PÚBLICO
05 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

Instituição

Defensoria Pública
Ministério Público
Tribunal de Justiça

Órgãos

42000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
27000 - MINISTÉRIO PÚBLICO
03000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tocantins

Instituição

Defensoria Pública
Defensoria Pública
Ministério Público
Ministério Público
Tribunal de Justiça
Tribunal de Justiça

Órgãos

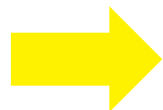
49000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
50000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES VINCULADAS
07000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
08000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES VINCULADAS
05000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
06000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - ENTIDADES VINCULADAS



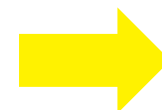
COMO FUNCIONA O ORÇAMENTO ESTADUAL



Cabe ao **Poder Executivo** elaborar as propostas de distribuição de recursos públicos



Uma das mais importantes atribuições das **Assembleias Legislativas** é debater, alterar e aprovar as propostas orçamentárias Estaduais apresentadas pelo Governo



Isso acontece em **3 etapas**

AS 3 ETAPAS DO ORÇAMENTO ESTADUAL

PLANEJAR
4 anos

PPA

O **Plano Plurianual** é formulado no primeiro ano de governo. Ele concretiza o planejamento para os 4 anos seguintes e estabelece objetivos e metas que o Executivo se compromete a implementar neste período. Nele são criados programas e ações e apontados indicadores para as políticas públicas em todas as áreas de funcionamento do Estado. É com base nesse plano que os orçamentos anuais são elaborados.

ORIENTAR
Anual

LDO

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** é aprovada anualmente, antes do período de tramitação da LOA. A LDO funciona como uma ponte entre o PPA e a LOA. Ao estabelecer quais partes do PPA serão priorizadas no ano Seguinte, a LDO orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

RECURSOS, METAS E OBJETIVOS
Anual

LOA

A proposta de **Lei Orçamentária Anual** é apresentada pelo governo até o final de setembro de cada ano, deve ser elaborada de acordo com as orientações da LDO e contemplar as metas do PPA. Na LOA há o detalhamento dos gastos previstos para o ano seguinte. É assim que são definidas as verbas destinadas às políticas públicas, como saúde, justiça, educação, cultura, segurança pública e todas as demais políticas que permitem o funcionamento do Estado.

EMENDAS PARLAMENTARES

As deputadas e deputados podem **alterar o projeto de lei orçamentária do governo**, apresentando as chamadas emendas parlamentares. São realizados debates sobre a LOA do próximo ano e a Lei Orçamentária Anual do ano seguinte será publicada com as emendas debatidas e priorizadas pelo Legislativo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TEM ATÉ 31 DE DEZEMBRO PARA APROVAR A LOA DO ANO QUE VEM.



SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA BA | CE | GO | MG | PA | PR | SP

Balanço Geral do Estado do Ceará (2020 e 2021)

Balanço Geral do Estado do Minas Gerais (2020 e 2021)

Balanço Geral do Estado de Tocantins (2020 e 2021)

Leis Orçamentárias Anuais 2020 e 2021 BA | CE | GO | MG | PA | PR | SP



DIRETORIA

CRISTIANO AVILA MARONNA

FELIPE FREITAS

LUCIANA ZAFFALON

POLIANA FERREIRA

RICCARDO CAPPI

EQUIPE

DIRETORA EXECUTIVA

Lucana Zaffalon

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Vanessa de Jesus

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Érika Lula de Medeiros

ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

Daniel Cardoso

Jean Peres

JUSTIÇA E DESIGUALDADES

Érika Lula de Medeiros

Natália Santos

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Caroline Oliveira

